



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**SILVAN DOS SANTOS**

**A FORMAÇÃO DOCENTE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO**  
**BANCO MUNDIAL: REFLEXÕES SOBRE SABERES**

**DELMIRO GOUVEIA-AL**  
**NOVEMBRO DE 2018**

**SILVAN DOS SANTOS**

**A Formação Docente nas Políticas Educacionais do Banco Mundial:  
Reflexões Sobre Saberes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia,  
da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como parte  
dos requisitos para a obtenção do título de Graduado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Adriana Deodato Costa

**DELMIRO GOUVEIA-AL**

**NOVEMBRO DE 2018**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S237f Santos, Silvan dos

A formação docente nas políticas educacionais do banco mundial:  
reflexões sobre saberes / Silvan dos Santos. – 2018.

64 f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Adriana Deodato Costa.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação. 2. Política educacional. 3. Formação docente.  
4. Saber docente. 5. Banco Mundial. I. Título.

CDU: 37.014.53



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO - COGRAD

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às 10:00 (dez) horas, sob a Presidência do(a) Professor(a) Adriana Deodato Costa em sessão pública nas dependências da UFAL, Campus do Sertão, Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia-AL, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**A formação docente nas políticas educacionais do Banco Mundial: reflexões sobre saberes**" do(a) aluno(a) SILVAN DOS SANTOS sob matrícula 14113617, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Pedagogia – Licenciatura, assim constituída: Profa. Ma. Adriana Deodato Costa (orientadora); Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida (examinador externo) e Profa. Ma. Beatriz Araújo da Silva (examinadora interna). Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição ao candidato. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o(a) candidato(a) foi considerado(a) aprovado com média geral 10,0 (Dez). Na oportunidade o(a) candidato(a) foi notificado(a) do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, para entregar a Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido, em duas vias, impressas e encadernadas e uma cópia em meio digital (CD-ROM) com as correções sugeridas pela Banca. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia/AL, 27 de novembro de 2018.

Orientadora

Adriana Deodato Costa  
Prof. Ma. Adriana Deodato Costa

1º Examinador

Ricardo Santos de Almeida  
Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida

2º Examinador

Beatriz Araújo da Silva  
Prof. Ma. Beatriz Araújo da Silva

Dedico este trabalho a minha mãe e irmãos, a minha esposa Marinilsa Maria da Conceição e as minhas filhas: Ana Júlia da Conceição Santos e Elis Teresa da Conceição Santos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que sem Ele não seria possível.

À minha mãe uma mulher guerreira, a minha esposa Marinilsa, amiga e companheira nesta caminhada, as minhas preciosidades Ana Júlia e Elis Teresa que tudo que faço é pensando nelas e para elas.

À minha Igreja, em especial por Eliomar e Vany que torceu por mim a todo o momento.

À turma da Pedagogia que sem eles não também não seria possível, onde a todo tempo foram incentivadores na caminhada.

À turma do café na UFAL (Geovania, Iviane, Wesley, Luizy, Quésia), em que por várias manhãs antes das aulas compartilhávamos a conhecida bolacha UFAL de cada dia.

Agradeço também este trabalho à equipe dos trabalhos em grupo: Geovania Graça, Ana Paula Santos, Ana Paula Sandes, Carmelita Maria Gomes por todo o aprendizado que tive com vocês.

Às minhas queridas professoras: Adriana Deodato, Laíse Soares, Carla Taciane, Nóelia Rodrigues, Ana Cristina, Ana Rosa, Lílian Barbara, Suzana Libardi, Eva Pauliana, Beatriz Silva; aos meus queridos professores: Ivamilson Barbalho, Marcos Sobral, Rodrigo Pereira, Diego.

Ao grupo de estudo GEDOFH pela caminhada.

“O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons”

Martin Luther King Júnior



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal fazer uma análise investigativa das influências do Banco Mundial para as políticas educacionais no Brasil no que se refere à formação docente, principalmente, nos direcionamentos acerca dos saberes docentes em sua formação e profissionalização. A premissa da pesquisa diante desse objetivo é a de que tais políticas são Neoliberais e portanto, expressam os interesses dos países que defendem e desenvolvem tais políticas através de seus órgãos financiadores, a exemplo do Banco Mundial, objeto de análise aqui exposto. A pesquisa foi de cunho documental e bibliográfico baseada, principalmente, na análise do documento *Prioridades y Estratégias para la Educación – examen del Banco Mundial*, nos estudos Leher (2013), em sua tese de doutorado, na qual o autor analisa criticamente os direcionamentos do BM para a educação, nas ideias da construção e sentidos dos saberes docentes presentes em Tardif (2002) e em Mészáros (2008) para a crítica do capitalismo contemporâneo cujos objetivos são presentes no BM, assim como em Libâneo (2011) e (2018) e outros autores com o objetivo de analisar as possibilidades democráticas e humanizadoras da docência na atualidade. Como resultado, a pesquisa aponta a necessária análise e investigação da articulação das políticas para a docência e seus saberes à luz da compreensão dos interesses políticos e econômicos do capitalismo e do Estado Neoliberal, uma vez que a desconsideração desse aspecto apenas tornam as análises incompletas e fragmentadoras como se dá na ideia de Tardif de que os saberes docentes são construídos apenas em seu processo de trabalho, retirando a importância da formação inicial como parte desses saberes.

**Palavras-chave:** Formação Docente, Banco Mundial, Política Educacional, Saberes Docentes.

## ABSTRACT

This project has the purpose to do an investigative analysis of the influence of the neoliberal educational policies about the Brazilian education and how international organizations, like: The World Bank, IMF, UNESCO, that are the biggest financiers for countries taken as under development, has been influencing decisions about investment and educational policies, taking into account that such organizations represents the interests of countries that x the neoliberal policies for countries that are financed for these organizations. The research was documentary, where we search in literatures, like the World Bank's own site, books that feed our research, where we've based our research on theorists, like: Fernando Leher (2013), Tardif (2002), Mészáros(2008), Libâneo (2018), between others. From the documentary analysis and dialoguing with the theorists thinking, we've made our project the following way: 1. A brief history of The World Bank. 2. The education and the economic development of the peripheral countries: implication for teacher education. 3. An analyse of the purposes of the bank on the teacher education - impact of the policies on the documents. That way we could think about the impact of the neoliberal policies on the Brazilian education, as well as its impact for the teacher education.

**Keywords:** Teacher Education, The World Bank, Brazilian Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <b>Participação no capital volante -1994</b> .....	19
Quadro 2 – <b>Gastos en Educacion por Fuente de Fondos en Algunos Paises en Todos los Niveles Combinados, 1991 (porcentaje)</b> .....	34
Quadro 3 – <b>Distribuição setorial dos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil</b> .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BM - Banco Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

UnB - Universidade de Brasília

PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FHC - Fernando Henrique Cardoso

SAPS - Programas de Ajuste Estrutural

ANA- Agência Nacional de Águas

ANEBC- Avaliação Nacional da Educação Básica

ENADE- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução Internacional e Desenvolvimento

AID- Associação Internacional de Desenvolvimento.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 UM BREVE HISTÓRICO DO BANCO MUNDIAL.....	16
<b>2.1 Surgimentos do Banco Mundial e seus Objetivos</b> .....	16
<b>2.2 O Fordismo e o Banco Mundial</b> .....	21
<b>2.3 O Banco Mundial e o Neoliberalismo</b> .....	22
<b>2.4 A Influência do Neoliberalismo na Educação Brasileira via Banco Mundial</b> .....	27
3 A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS: IMPLICAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE .....	30
<b>3.1 A Educação na Perspectiva do Banco Mundial</b> .....	31
<b>3.2 O Banco Mundial e a Educação nos Países em Desenvolvimento</b> .....	38
<b>3.3 O Banco Mundial e as Políticas Educacionais</b> .....	39
4 ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO BANCO PARA FORMAÇÃO DOCENTE-IMPACTOS DAS POLÍTICAS NOS DOCUMENTOS .....	45
<b>4.1 O(A) Professor(a) e sua Formação na Visão do Banco Mundial</b> .....	46
<b>4.2 A Relação do Banco Mundial com a Formação do (a) Professor (a) no Brasil</b> .....	51
<b>4.3 O (A) Professor (a) Diante da Formação Aligeirada e Antirreflexiva Proposta pelo     Banco Mundial: a questão dos saberes</b> .....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
6 REFERÊNCIAS .....	64

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a proposta do Banco Mundial para a educação, destacando a docência e o sentido de seus saberes presentes no documento *Prioridades y Estratégias para la Educación – examen del Banco Mundial*.

A pesquisa surgiu de indagações a partir da análise da tese de doutorado de Fernando Leher sobre a atuação do Banco Mundial com relação às políticas educacionais para os países em desenvolvimento. No entanto, não temos a pretensão de esgotar todo o assunto sobre o Banco Mundial. O que destacamos é uma análise acerca das ações do mesmo como do FMI e da UNESCO, para com a educação brasileira no que toca os saberes docentes. Para isto, fizemos um recorte da atuação do Banco Mundial, temos a consciência que o tema é muito abrangente e com certeza tem muito mais a ser refletido.

A análise aqui desenvolvida foi de cunho documental e bibliográfica qualitativa, com base nos documentos do Banco Mundial e em alguns teóricos, como Fernando Leher, Libâneo, Tardif entre outros. Na qual buscamos entender as mudanças do BM desde sua origem, dialogando com teóricos sobre suas influências para a educação no mundo. Salientamos que o mesmo surgiu para ajudar aos países destruídos na segunda guerra mundial e como foco do banco foi mudando ao longo da história.

Ao longo da nossa pesquisa ficaram evidentes as mudanças de sua relação com os países, principalmente, os periféricos a exemplo do Brasil. Portanto, é relevante entender sua atuação, mudanças de prioridades, agora focando nos interesses capitalistas com relação às demandas sociais dos países que são “parceiros” no desenvolvimento econômico, principalmente na erradicação da pobreza.

O nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico do Banco Mundial. Trazendo sua origem, os países que compunham a diretoria do mesmo, qual o objetivo da sua criação e como o foco de atuação foi mudando ao longo do tempo. Baseamo-nos principalmente na pesquisa de doutoramento de Leher (1999), cuja preocupação é traçar a trajetória histórica do BM desde a década de 1950. Intentamos destacar o trato do Banco às questões econômicas dos países, sua situação atual enquanto órgão regulador das políticas internas para assegurar o fortalecimento das políticas Neoliberais de caráter minimalista e fragmentado quando se pensa a ação estatal.

No segundo capítulo, apresentamos a forma como a educação e o desenvolvimento econômico estão entrelaçados nas propostas educacionais para os países periféricos. A intenção é apreender esta implicação para entendê-la no âmbito da formação docente de modo a aprofundar o sentido econômico e, portanto, capitalista do BM para organização da docência e seus saberes. É a partir desta reflexão que no terceiro capítulo iremos fazer uma análise.

Aqui abordamos a perspectiva do banco com relação à educação para os países em desenvolvimento e as políticas educacionais para estes países que são financiados pelo banco. E por último, trazemos uma análise sobre as propostas do Banco Mundial para a formação docente e os impactos das políticas no documento *Prioridades y Estratégias para la Educación – examen del Banco Mundial*, articulando as análises desse documento para a formação docente com as ideias de uma dos mais renomados pesquisadores da docência na atualidade, Maurice Tardif, em sua obra *Saberes Docentes e Formação Docente*, cujas análises, a nosso ver, desembocam em alguns interesses econômicos e políticos do BM na medida em que desconsidera as causas capitalistas da desarticulação entre teoria e prática na formação e profissionalização docente.

Dessa forma, estruturamos nosso trabalho para que o leitor possa situar-se na leitura e compreender nossa proposta, a qual, conforme explicitamos desde o início, é trazer uma reflexão sobre o Banco Mundial e as políticas neoliberais para os países em desenvolvimento, fazendo com que a educação seja definida por sentidos econômicos e desumanizadores, implicando na formação docente aligeirada e prática - com pouca ou nenhuma articulação com a teoria tão necessária na formação inicial e continuada.

Em suma, pensamos na relevância desta temática para entendermos como a educação, a formação docente e as políticas educacionais são pensadas e influenciadas nos países em desenvolvimento e especificamente a educação brasileira que é objeto da nossa pesquisa.

Esperamos que a reflexão aqui proposta por nós possa contribuir para enriquecer os conhecimentos acerca do Banco Mundial, da formação docente e das políticas neoliberais de algumas organizações internacionais para além das questões econômicas, para o fortalecimento dos sentidos sociais e políticas humanizadas da formação docente.

## **2 UM BREVE HISTÓRICO DO BANCO MUNDIAL**

Temos aqui, como objetivo, apresentar alguns aspectos históricos do Banco Mundial, seus pressupostos e sua relação com a educação nos países periféricos. A intenção é oferecer um panorama do BM uma vez que as propostas educacionais para a formação docente constituí-se objeto de nossa pesquisa. Para tanto, nos baseamos nas análises de Leher (2013), cujos estudos tem sido referência na crítica ao BM, principalmente, a respeito de sua ação interventora nos países periféricos e propostas de redução ou erradicação da pobreza; em Teixeira (1996), pensando sobre a ação do neoliberalismo e a ação do mercado e do Estado na vida dos indivíduos e a contribuição de algumas ideias de Freire (2007), com relação à importância da educação como aspecto emancipador na/da vida dos indivíduos.

### **2.1 Surgimentos do Banco Mundial e seus Objetivos**

O Banco Mundial é o maior banco de crescimento do mundo, faz empréstimos e promove acessória para vários países em desenvolvimento que precisam de investimentos para atingir metas estabelecidas por organismos internacionais (ONU e UNESCO).

Inicialmente, o BM tinha como objetivo dar suporte aos países que foram devastados na Segunda Guerra Mundial, promovendo a infraestrutura na reconstrução de pontes, estradas, diques; no financiamento de ações produtivas e rentáveis diversas; no treinamento na área da agricultura aos países Pós-Guerra. Seus objetivos iniciais direcionavam-se a ações precisas e voltadas para atuar na Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial para que a Europa pudesse voltar a ser um continente desenvolvido.

O Banco Mundial foi fundado em 1944 e, como já citamos acima, foi fundado para ajudar na reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. No início, o Banco contava com um grupo homogêneo de engenheiros e analistas financeiros localizados na cidade de Washington. Porém, as atividades do Banco cresceram, fazendo-se necessário a participação de outros profissionais, tais como: economistas, profissionais na área de políticas públicas, especialistas setoriais e cientistas políticos, que por sua vez, foram espalhados pelos países apoiados pelo BM, envolvidos no desenvolvimento econômico e social em articulação direta e indireta.

Porém, durante as décadas do pós-guerra, os países estavam em constantes transformações, exigindo modificações no campo do desenvolvimento. Foi a partir deste

momento que o BM passou a defender os interesses dos países capitalistas, gerenciando e reestruturando a economias dos países em desenvolvimento. Ao ponto que sua atuação ficou bem definida através de aplicações de programas que tinham como objetivo o ajustamento estrutural na sociedade, intervir de forma direta no que se refere formulação de políticas internas, como também interferir na elaboração de leis para esses países em desenvolvimento, inclusive nas decisões sobre a educação.

Isto é, a partir deste momento que encontramos o foco do BM, mudando em sua atuação. Antes o objetivo principal era ajudar na reconstrução dos países assolados pela guerra, o BM passa a representar os interesses econômicos dos países desenvolvidos pelo mundo. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento entra em pauta para o Banco Mundial, no qual, foi necessário repensar qual o papel atribuído ao Banco no que se refere à promoção do desenvolvimento.

Em 1944, na conferência Monetária em Bretton Woods, New Hampshire, sua primeira atuação foi o empréstimo para a França em 1947. Posteriormente, sua atuação foi expandida para a América Latina, África e Ásia, promovendo assistência técnica, treinamento para os países membros. Porque o Banco Mundial possui representantes de países membros que tem direito a voto em decisões tomadas por ele, no que se refere financiamento ou de adesão e política.

Nos anos 60 e 70, encontramos alguns governos, como por exemplo, os EUA transferindo suas atividades para empresas transnacionais. Isto significava que os Estados passaram a ser financiados pelos setores privados, por vias de subsídios e incentivos como, por exemplo: das indústrias armamentistas e das concessões de serviços públicos e também foram beneficiados por investimentos para serem aplicados em políticas sociais, para responder uma demanda do mercado que não era capaz de responder (1996, p.43). Com o passar dos anos, o Banco Mundial junto a outras entidades, como BIRD, AID expande suas ações para outros países como os da América do Sul, por exemplo. Hoje, a sede do Banco Mundial está localizada na cidade de Washington, EUA e atua em 189 países que fazem parte de sua política reguladora.

Em 1970, o Banco Mundial voltou seu foco para o setor agrícola, com o objetivo de erradicação da pobreza. O foco começou a mudar, saindo da construção de barragem para bancar projetos relacionados à produção de alimentos, investindo no desenvolvimento rural e urbano. Esses projetos visam atingir os pobres, no melhoramento da saúde e da nutrição daqueles que mais necessitavam.

Em 1980, Glória Davis, o primeiro antropólogo contratado pelo Banco Mundial contribuiu para ampliar seu foco em questões de desenvolvimento social. Foi então, que o

Banco Mundial começou a atuar na educação, comunicações, patrimônio cultural e boa governança.

Outro foco do Banco Mundial foi voltar o seu olhar para identificar e encorajar políticas, estratégias e instituições para desenvolver projetos que promovam o protagonismo dessas pessoas. Tendo dois objetivos ambiciosos, a saber: primeiro, erradicar a pobreza extrema do mundo e segundo, promover a prosperidade compartilhada. Ou seja, promover o desenvolvimento econômico.

Após a Segunda Guerra Mundial, países como EUA e Reino Unido, cada um com os seus próprios interesses, figuravam como sendo as duas maiores potências econômicas naquele momento no mundo. Os EUA desejavam o fim de qualquer predominância de privilégio da Inglaterra no território do império britânico, mas querendo a abertura dos mercados domésticos e dos demais países com objetivo de exportar suas empresas e seus conglomerados industriais. Com relação ao Reino Unido, tinha como objetivo assegurar a zona da libra esterlina como um espaço de interesses dos EUA, onde teriam uma participação menor, mesmo sabendo que naquele momento não poderia reestruturar toda a Europa, a não ser com a ajuda dos EUA, como o maior financiador naquela época para o desenvolvimento econômico.

O BM foi criado para prover garantias e empréstimos com objetivo de reconstruir os países-membros que foram afetados pela guerra. De acordo com Mendes (2009, p.59):

O convênio constitutivo do BIRD, não caberia a ele competir com os bancos comerciais privados, muito menos fortalecer o setor público e quaisquer formas mistas de economia, mas sim, fundamentalmente, financiar projetos para fins produtivos fossem de interesse direto da banca privada. Ademais, caberia ao Banco promover o investimento de capitais estrangeiros, por meio de garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos realizados por particulares, desde que relacionados a planos específicos de reconstrução ou desenvolvimento.

Desde a criação do banco a ênfase principal era o capital produtivo. Isto é, todo investimento dele era para produzir algo, reconstruir principalmente a infraestrutura dos países que sofreram com a Segunda Guerra Mundial, sem dinheiro para reconstruir estradas, portos, fábricas, indústrias, hidroelétricas, etc.

O Banco Mundial que emergiu do esforço de planejamento consagrou, em seus estatutos e nas suas políticas operacionais, as visões norte-americanas sobre como a economia mundial deveria ser organizada, como os recursos deveriam ser alocados e como decisões de investimentos deveriam ser alcançadas (GWIN, 1997:198 *apud* MENDES, 2009, p.59).

Segundo Mendes (2009, p.59), isto incluía a decisão de que a instituição não emprestaria diretamente a empresas privadas. Incluía, também, a supervisão do Banco por representantes

nacionais, o que passava pela escolha de um assento permanente na Diretoria Executiva do Banco e pela definição do papel dos diretores executivos.

No entanto, nos anos 80, foi um período que o BM passou por uma profunda reorientação do seu papel com relação ao desenvolvimento frente aos países apontados em desenvolvimento. E nesse período que o BM junto com o FMI atuou como os credores inflexíveis, ajustando as economias dos países em desenvolvimento que ficaram endividados e não conseguiram pagar suas dívidas, cobrando dos devedores para saldarem suas dívidas com o próprio Banco. O BM neste momento passa de um parceiro no financiamento e na reconstrução desses países para ser aquele que vai definir o que será realizado nas áreas econômicas, sociais, políticas entre outras daquele determinado país.

Em 1970, o sistema capitalista amargou uma crise econômica sem precedentes, atingindo as grandes potências, como os EUA, levando consigo os países em desenvolvimento. Foi então que o Banco Mundial passa a figurar como o maior parceiro econômico para esses países, no entanto, é a partir dessa parceria que o BM começa a interferir nas decisões econômicas e educacionais, principalmente nos países em desenvolvimento. Outro ponto que destacamos acerca da atuação do Banco com relação à crise econômica nos anos 70, foi que o mesmo a serviço dos países capitalista realizou uma intervenção patrocinada por eles, com o objetivo de barrar o avanço comunista empregado pela antiga União Soviética (URSS), nos países em desenvolvimento em que existia um interesse econômico, político e social, na atuação do BM.

A própria localização do BM provocou discordância dos países membros, na qual a Grã-Bretanha e muitos outros defendiam que a sede deveria ser fora dos EUA, para se afastar da política norte-americana. Mas, os americanos não aceitaram essa imposição e a sede ficou localizada na cidade de Washington, porém, contrariando os interesses dos países membros que defendiam que a sede deveria ser em Nova Iorque, o coração financeiro dos EUA.

Como podemos ver, o BM tem expandido seus objetivos e interesses e, conseqüentemente, sua atuação nos países se ampliou também em número. É possível analisar, a partir do quadro abaixo, os países que o compõem de acordo com sua atuação a partir do poder de voto.

**Quadro 1: Participação no capital volante -1994**

Países	Poder de voto (%)
EUA	17,1
Japão	6,5

Alemanha	5,0
França	4,8
Reino Unido	4,8
<b>Subtotal</b>	<b>38,2</b>
Índia	3,1
Itália	3,1
Canadá	3,1
China	3,1
Holanda	2,5
Bélgica	2,0
Brasil	1,7
<b>Subtotal</b>	<b>18,6</b>
<b>Total</b>	<b>56,8</b>

Fonte: World Bank Report (1994).

Cabe salientar que esses países são responsáveis pelo o que acontece no mundo. As políticas econômicas, sociais e educacionais são determinadas para elas nos países que são financiados por esse grupo. Isto significa que, cada tomada decisão tem a influência do Banco Mundial nos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

Em 1947, o banco ganhou a confiança de *Wall Street* e passou a ser uma fonte confiável para investimento e uma das principais fontes de empréstimo financeiro da época. É a partir dessa mudança que o BM começa a protagonizar no âmbito mundial como a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento. Tendo em vista que o *modus operandi* do Banco estava baseado em um tripé, a saber: dinheiro, ideias para o desenvolvimento de várias áreas (reconstrução, tecnologias, educação) e influência política.

Hoje, o Banco Mundial é uma das fontes mais importantes de financiamento para países em desenvolvimento e está integrado por cinco instituições que estão comprometidas a reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade e promover a sustentabilidade. Mesmo sabendo que o Banco Mundial surgiu para minimizar os sofrimentos daqueles que sofreram com a Guerra na Europa. Sua atuação estava voltada para reconstruir, mas o objetivo predominante de todo o seu trabalho para hoje, é impor suas diretrizes no combate à pobreza através de um processo de globalização inclusiva e sustentável, através de diretrizes elaboradas pelos funcionários do Banco que visam nortear as políticas econômicas, políticas e sociais dos países financiados por ele.

Dessa forma, podemos constatar que o Banco Mundial mudou muito desde a sua criação em 1944. Hoje, ele se configura como uma organização de muita influência no que se refere a investimento econômico, político, educacional e social em todo o globo.

Como sinalizado acima, houveram algumas modificações no cenário econômico e social que ocasionaram o redirecionamento financeiro, político e formativo do BM, bem como, sua expansão num processo globalizante, a crise do fordismo foi uma delas.

## 2.2 O Fordismo e o Banco Mundial

O Fordismo surgiu por volta do ano de 1945, criado por Henry Ford. O Fordismo foi um sistema de produção que mais se desenvolveu no século XX, proporcionava uma produção em massa de diversas mercadorias para o consumo dos seres humanos.

Para desempenharem as funções na produção de bens de consumo, não era exigida dos trabalhadores uma qualificação para desenvolver suas atribuições não era necessário uma mão de obra qualificada, pois o trabalho era baseado na repetição, no qual trabalhavam muitas horas por dia, e o trabalhador não tinha conhecimento de todo processo de produção, mas possuía conhecimento limitado de toda produção.

No entanto, na década de 1970, o modelo fordista entra em crise, a classe trabalhadora se reuniu e pede uma organização do trabalho, para combater a instabilidade financeira, que por sua vez, atinge o Estado e causa a crise estrutural/financeira dos países considerados potências no campo econômico.

Como proposta para vencer a crise se faz necessário uma reestruturação da produtividade, porém, acompanhada pelas novas tecnologias que permitem uma produção flexível. De acordo com Teixeira (1996, p.12):

A reestruturação produtiva é a resposta para a crise econômica, foi possível pelos seguintes aspectos: produção flexível; produção enxuta- produtos não são jogados no mercado, há uma planificação das vendas a fim de que sejam vendidas assim que entram no processo; exige uma nova forma de organizar o trabalho com um novo tipo de trabalhador que conheça todo o processo da produção.

Para o autor, essas são as condições propícias para o Neoliberalismo e sua razão de existir. Aqui encontramos as bases necessárias para a implantação do Neoliberalismo como uma nova forma de se pensar sobre o modelo de produção vigente. Em seguida vamos refletir sobre o Banco Mundial e o Neoliberalismo.

Com relação a essa reestruturação produtiva, conhecida mais como Toyotismo ou modelo japonês/acumulação flexível, nasce para substituir o Fordismo (Padrão de acumulação fordista), era um modelo de produção em massa, voltado para um público que consumia produtos que muitas vezes não tinha necessidade, onde capital e trabalho eram decididos entre

patrões e sindicatos. No entanto, no final dos anos sessenta esse modelo de acumulação sofre uma crise sem precedentes. A característica do modelo fordista era a produção em massa, estocagem de mercadoria. Com a crise se faz necessário repensar uma nova forma de produção.

É daí que surge o Toyotismo ou modelo japonês de acumulação flexível. Como o próprio nome já indica a produção é realizada não mais para ficar estocada, produz para que suprir uma necessidade imediata, os profissionais precisam ser multifacetados, as empresas possuem um quadro de funcionários bem reduzido, porque a tecnologia tem substituído muitas vezes o trabalho braçal, os funcionários em muitas dessas empresas são terceirizados, onde as empresas têm visto o capital e o trabalho como forma de lucro. E hoje esse tem sido o modelo utilizado pelas empresas, menos burocrático e muito rentável para elas, resultando a troca de um modelo burocrático por um mais flexível.

### **2.3 O Banco Mundial e o Neoliberalismo**

Antes de falarmos da relação do Banco Mundial com o neoliberalismo, acreditamos que se faz necessário pensarmos nas bases do liberalismo que posteriormente deu lugar ao que conhecemos como neoliberalismo.

O Liberalismo surgiu no século XIX, disseminou-se pela Europa, Estados Unidos e pelos países periféricos com base no capitalismo. No qual defendia a liberdade e o individualismo dos indivíduos, que por sua vez influenciava o modo de vida, as estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas deles. Ou seja, o Estado deveria interferir o mínimo possível na vida das pessoas. No entanto, as ideias do liberalismo não ficaram apenas na defesa da liberdade dos indivíduos no campo social, mas também influenciou a educação dos países que tinham suas bases econômicas regidas pelo capitalismo.

O Neoliberalismo surgiu em meados do pós-guerra como resposta ao modelo de desenvolvimento econômico, que por sua vez, estava centrado na intervenção do Estado. O Estado era a principal força de estruturação naquela época, de acumulação de capital, como também do desenvolvimento social. Ou seja, era o Estado detentor das decisões no campo da economia, como também do desenvolvimento social dos países que estavam enfraquecidos no pós-guerra. Competiam ao mesmo as tomadas de decisões para a estruturação das nações que estavam enfraquecidas.

No entanto, em 1970 o capitalismo passa por uma crise que segundo os teóricos do neoliberalismo apontam como a causa para isto a intervenção do Estado na liberdade dos indivíduos, afetando de forma considerável todo equilíbrio do mercado financeiro da época.

Aqui reside a grande causa da crise econômica. Porque, para o mercado funcionar de forma equilibrada, os indivíduos faziam parte daquela engrenagem. Sem as pessoas o mercado não se sustentava. Eram elas que produziam e consumiam toda produção capitalista dos seus dias, como também não é muito diferente dos nossos dias. Se a economia não esteve aquecida, toda produção de bens de consumo estará fadada ao fracasso. E como bem sabemos, os grandes capitalistas entrariam em falência. Segundo Teixeira (1996, p.1):

O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Grande Guerra Mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro. Nasceu como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social. Considerando essa intervenção como a principal crise do sistema capitalista de produção, os neoliberais passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

E como resultado desse expansionismo encontrou-se a partir desse momento políticas econômicas e sociais mais internacionalizadas, mas sem a ação do Estado. Isto significa que o Estado começa a perder seu espaço no que se refere, ditar os rumos da economia mundial. Ou seja, o Estado neste momento passa a ser um grande empecilho para o avanço econômico.

Teixeira (1996) afirma que esse movimento expansionista, decreta a morte do Estado. Isto é, o Estado não pode mais interferir na vida dos indivíduos e no mercado. Eles defendem um Estado mínimo. Com relação ao mercado, seus defensores acreditam na ausência total de regulação externa, para coordenar as diversas atividades dos indivíduos, é a melhor maneira para a sociedade alcançar a prosperidade e a felicidade de seus membros.

Na verdade, antes do conceito de mercado ter se estabelecido é preciso entender que os bens de consumo eram fabricados de forma diversificada e o seu valor era atribuído de acordo com a complexidade em sua produção. Nesse período não existia estabelecida a relação entre patrão e empregados. Já com relação ao mercado capitalista os produtos recebem um valor agregado a partir da forma que foi produzido, o quanto a matéria prima custou, calculam-se os encargos trabalhistas, como impostos cobrados.

É nesse sentido que os neoliberais vão retomar a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. Daí a preocupação básica da teoria neoliberal em mostrar o mercado como um mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimento sociais. Consequentemente, mecanismo indispensável para solucionar os problemas de emprego e renda na sociedade (TEIXEIRA, 1996, p.1).

Adam Smith (*apud* TEIXEIRA, 1996, p.7) explica que “ninguém estava sujeito a nenhuma autoridade externa, apenas aos seus próprios interesses particulares”, com isso a fim de defender a concepção que “numa sociedade civilizada, o homem a todo o momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas”. Para tanto, o mercado deveria ser livre em suas negociações e da intervenção do estado ou de qualquer forma de regulamentação do mercado. É dessa forma, ele defende a mão invisível do mercado. A ideia é que o mercado precisa ser livre para as negociações, sem a interferência do Estado para que o desenvolvimento econômico aconteça para o bem-estar de toda sociedade, essa é a ideia central de mão invisível de Smith.

No entanto, podemos encontrar os princípios do Neoliberalismo na política educacional brasileira, que de acordo com Leher:

Existe uma preocupação dos países desenvolvidos, como EUA, em que a educação dos países periféricos seja pensada para a formação de indivíduos com habilidades e qualificação requeridas para o mercado de trabalho. Para isto, contam com instituições como Banco Mundial e a UNESCO, que são instrumentos da propagação da visão capitalista dos países do primeiro mundo. Ou seja, eles ditam como devem ser as políticas educacionais de países da África, América Latina e de parte da Ásia (LEHER, 1999, p.19).

A educação proposta por essas entidades não é para formar uma visão crítica da realidade que engloba várias dimensões do cotidiano, como por exemplo: o social, cultural, econômico e político, que envolve a vida desse indivíduo. Deste modo, não é para desenvolver um pensamento crítico. Mas para transformá-lo num sujeito que não reflete em sua condição social, que não permite questionar o porquê desse modelo político e econômico que o coisifica como ser humano.

No que se refere ao programa educacional, Leher explica que:

O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da Aliança para o Progresso, foram direcionado para este fim. Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de Nelson Rockefeller e importante conselheiro de Kennedy e Johnson, “na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”. No que concerne à universidade, face ao convenientemente proclamado risco da proliferação “da doutrina marxista no sistema educacional e no pensamento econômico da América Latina”, o controle, prossegue Berle, terá de ser clandestino, por meio de instituições privadas (Fundação Unidos, especialmente de Georgetown, Los Angeles, Berkeley, Columbia e Stanford. Toda essa engenharia social tem como meta

evitar a influencia comunista e o surgimento de uma nova Cuba na região. O presidente da Fundação Ford, McGeorge Bundy, nos anos 50 e 60, orgulhava-se de que a Ford era mais ágil do que o governo na identificação e solução dos problemas colocados diante dos estado unidos. (LEHER, 1999, p.20).

Dessa forma, fica evidente que a educação pensada por essas organizações, alinhada as políticas educacionais do Banco Mundial, é para a formação de mão de obra de trabalho. Não é para promover uma educação libertária da consciência dos indivíduos, mas é para reforçar o que os países periféricos têm de importante para essas superpotências econômicas, a saber, sua produtividade em vários aspectos. E para isto, utilizam como estratégia de silenciar aqueles que se levantam para questionar esses interesses com relação à educação.

Ainda de acordo com Leher:

A política educacional proposta pelo Banco Mundial é influenciada pela lógica de segurança que passou a ser considerada a partir do chamado processo de descolonização e ao fortalecimento do “Movimento dos Países Não-Alinhados”, exigiu mudanças à política externa norte-americana diante das exigências da Guerra Fria (LEHER, 1999, p.21).

Nesse momento da história existe um descontentamento com a política expansionista Norte América. Foi quando em 1970, Robert S. McNamara deixa o Departamento de Defesa para preside o Banco Mundial. É a partir desse momento que a educação passa a ter mais destaque na política educacional do Banco Mundial para países periféricos. É aqui que encontramos uma mudança radical no que se refere o propósito do Banco Mundial que surgiu como uma agência voltada para a reconstrução dos países europeu pós-guerra. E a partir dessa mudança, assumira um papel muito importante numa escala mundial, determinando as políticas educacionais em vários países periféricos, que por sua vez vão se permitir a vivenciar a ideologia da globalização. Isto é, permitir que outros ditem suas políticas internas em troca de ajudas financeiras para desenvolverem seus projetos.

Neste sentido:

Em 1972, McNmara e os demais dirigentes do banco, abandonaram gradativamente o desenvolvimentismo e a política de substituição das importações, deslocando o binômio pobreza-segurança para o centro das preocupações; é neste contexto que a instituição passa a atuar verdadeiramente na educação: a sua ação torna-se direta e específica. O Banco volta-se para programas que atendam diretamente as populações possivelmente sensíveis ao “comunismo”, por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle da natalidade, ao mesmo tempo em que promove mudanças estruturais na economia desses países, como a transposição da “revolução verde”, para o chamado Terceiro Mundo (LEHER, 1999, p.22).

Em nossa compreensão é aqui que reside o grande problema do programa expansionista da política dos EUA em relação aos países em desenvolvimento. Apresenta-se como a solução para os problemas da pobreza desses países, mas o que de fato visam é o domínio econômico, cultural e político, mascarando seus principais objetivos através de investimentos nas áreas da educação, saúde e segurança.

De acordo com o Banco Mundial, o conceito de governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.

No entanto, o Banco Mundial está a serviço da ideologia de expansão econômica dos países de primeiro mundo, em especial os EUA. Porém, a estratégia adotada que estava centrada nos binômios pobreza e segurança, passa por uma crise provocada pela estrutural do próprio capitalismo evidenciada desde o início de 1970.

Sobre as consequências provocadas pela crise, Leher nos apresenta algumas informações:

[...] os países periféricos tiveram suas dívidas aumentadas no rastro dos juros ascendentes e da queda dos preços das principais commodities. É preciso destacar, também, o fato de que o Banco Mundial emprestou e avaliou empréstimos segundo propósitos estratégicos, gerando dívidas acima da capacidade de pagamento dos países tomadores. Além disso, muitos governos amigos do “Ocidente” (Mobuto, Marcos, Somoza, etc.) desviaram para fins particulares, considerável parcela desses empréstimos. O resultado foi à crise da dívida de 1982 (LEHER, 1999, p.23).

Assim, depois da crise de 1988, o Banco Mundial passou a praticar políticas neoliberais por causa da fragilidade dos países subdesenvolvidos que não tinham como saldar suas dívidas. Isto deixou os latinos americanos totalmente dependentes do aval do FMI e do Banco Mundial para qualquer tipo de negociação. O setor privado nessa nova política neoliberal adotado pelo Banco Mundial daria as cartas no que se refere a investimentos e nas políticas educacionais. É dessa forma, que a educação passa a ser pensada para a formação de mão de obra, formar operários para assumir os postos em fábricas que são a presença do poderio econômico dessas superpotências, passa a ser direcionada exclusivamente para o mercado de trabalho e não para formar cidadãos capazes de refletir sobre o seu papel como ser humano diante de políticas que só visam o lucro das grandes multinacionais.

Em relação à intervenção e à imposição do neoliberalismo, alguns países resistiram às políticas neoestruturalistas, mas não por muito tempo. Nos governos de Fernando Collor e FHC, no Brasil, diversos ajustes estruturais foram feitos tendo como preceito a globalização causando o desmonte do Estado Social. Tal processo é apresentado como “inexorável e irresistível, contra o qual nada é possível, fazer, a não ser se adaptar, mesmo que as custas de exponencial desemprego, privatizações selvagens, crise cambial, aumento da taxa de juros e destruição dos direitos do trabalho” (LEHER, 1999, p.24).

#### **2.4 A Influência do Neoliberalismo na Educação Brasileira via Banco Mundial**

De acordo com Neto e Campos (2017), já no século XXI, o modelo neoliberal na condução do sistema econômico global foi importante força de impacto na educação. Observou-se que o sistema educacional nacional foi influenciado por ocasião da utilização de diretrizes educacionais de ordem universal, razão pela qual a legitimidade da ação do Estado-nação foi significativa e alterada.

Para Neto e Campos (2017), a educação, em seu papel singular de destaque no desenvolvimento social, cultural, não pode ser subjugada predominantemente ao domínio da lógica de mercado, muito menos às diretrizes universais que o modelo neoliberal impõe, principalmente, aos países periféricos do mundo. Porém, o que temos visto é que a educação tem sido pensada para formar uma massa de trabalhadora com vista para suprir as demandas do neoliberalismo. A educação está a serviço do capital. A educação está servindo como veículo das prioridades dos países denominados grandes potências econômicas para a produção de bens de consumo, onde o verdadeiro papel da educação seria formar cidadãos críticos e conhecedores dos seus direitos e deveres, perante a sociedade.

Acreditamos que a educação quando pensada para a formação cidadã dos indivíduos cumpre uma tarefa muito importante nas relações interpessoais. Porque a educação faz parte do cotidiano de qualquer civilização. A educação medeia normas, valores, cultura de qualquer sociedade. Ela tem um papel fundamental no processo democrático, entre outros. E sobre ela recai a responsabilidade de levar os indivíduos a repensar suas práticas diante de seus semelhantes.

A educação precisa levar as pessoas a pensarem sua relação com o próximo, com a natureza, com o meio em que vive etc. E quando é pensada com o objetivo de preparar as pessoas para o mercado de trabalho, acreditamos que ela não está formando, mas a deformar o

ser humano. Nisso, uma educação que não prepara o ser humano para a vida não está cumprindo seu papel. Como defendia Paulo Freire:

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (FREIRE, 1996, p.45).

Pensar na educação para além de uma educação bancária como criticava Paulo Freire é pensar de fato numa educação que é mais do que transferir conhecimento, promover possibilidades de conhecimento e aprendizagem dos indivíduos. Assim, educar é empoderar o ser humano, libertá-lo de uma educação baseada em conteúdos vazia de sentido.

Saviani (2008, apud Neto e Campos, 2017) explica como a educação nos moldes do neoliberalismo é pensada enquanto.

[...] um investimento em capital individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.

Como podemos perceber a política neoliberal para a educação é voltada para o mercado de trabalho. E Cardozo (2006, apud Neto e Campos, 2017), complementa tal pensamento ao enfatizar as implicações na educação resultantes desse momento de vivência em um ambiente mundializado, global, neoliberal em que.

[...] priorizar a formação de mão-de-obra; realocar verbas públicas do Ensino Superior para a Educação Básica; tornar os direitos universais em educação em bens semi-públicos; estimular a iniciativa privada; estimular a participação dos pais e da comunidade nas escolas; capacitar o corpo docente em serviço e, se possível, à distância; incentivar a concorrência entre as escolas; avaliar a educação em termos do aprendizado dos alunos; cobrir certos déficits que possam afetar o aprendizado, através de ações no pré-escolar, assim como em programas de saúde e nutrição.

Dessa forma, a visão neoliberal para a educação não está voltada para promover o protagonismo nos indivíduos, mas visa à formação de pessoas para o mercado de trabalho. Analisando a afirmação de Cardozo, a visão neoliberal para a educação brasileira é de esvaziamento de recursos públicos de áreas que são fundamentais, tais como: Ensino superior

e também o ensino a distância e estimular a iniciativa privada. Ou seja, essa política pretende determinar como os recursos financeiros devem ser alocados e como a própria educação será transmitida.

No entanto, alguns defensores dessa política falam da importância da participação da família, da escola e da própria sociedade. Não discordamos a participação desses agentes de transformação no processo de aprendizagem, mas pensamos que muitas dessas propostas são para mascarar a real intenção de organizações que tem como proposta o neoliberalismo, como é o caso do Banco Mundial, FMI entre outros. O problema são propostas revestidas de cuidados que querem encobrir a real intencionalidade que é ditar os rumos da educação de países periféricos, por uma política que pretende apenas formar pessoas para o mercado de trabalho.

Sampaio (2002, apud Neto e Campos 2017) menciona indicadores do neoliberalismo:

1. Os indivíduos são responsáveis, pois são agentes morais, daí a individualidade, a racionalidade, o egoísmo.
2. Administração para o gerenciamento = liberdade para gerenciar.
3. Desgovernamentalização do Estado, o governo estaria atrelado ao mercado.
4. Nova relação entre governo e conhecimento: governo à distância (ministérios, secretarias de Estado de educação à distância, etc.).
5. Mercantilização da democracia (venda de candidatos como produtos da imagem; eleitores tornam-se consumidores individuais passivos).
6. Socialização das perdas.
7. Desenvolvimento de uma sociedade empresa: privatização do público, mercantilização da educação e da saúde.
8. Baixa consciência ecológica, pois o que determina as ações econômicas é o lucro máximo, não havendo qualquer limite para o crescimento – soluções de mercado para problemas ecológicos.
9. Nenhum controle nacional sobre o capital. Este estaria sendo monitorado pelas agências internacionais ‘Globalizadas’: FMI, BM, Organização Mundial do Comércio.

As informações apresentadas por Sampaio levam-nos a observar que o neoliberalismo tem que ser bem estudado, faz-se necessário repensar suas teorias, suas bases, precisamos reconhecer as verdadeiras intenções das grandes potências econômicas e quais os desdobramentos para a educação ofertada nos países reconhecidos como periféricos, e em especial a educação brasileira que é o foco do nosso trabalho.

Acreditamos que a visão neoliberal para a educação brasileira é nociva para o protagonismo da nossa sociedade. Pois, a educação como já falamos acima, não tem sido pensada e realizada para o empoderamento dos mesmos. Mas, está a serviço do pensamento neoliberal que ao longo da história só visa o lucro e a produção de bens de consumo, na qual os seres humanos têm sido reduzidos a máquinas e também como uma mercadoria qualificada para

desempenhar atividades meramente mecânicas que, em muitos casos, não requerem deles um pensamento crítico sobre sua ação e atribuições.

A educação tem servido para criar uma massa de manobra que está a serviço do capital, ao invés de promover uma conscientização que venha libertá-lo da ignorância e alienação que escondem a história desses indivíduos, cujos sentidos se desarticulam de suas vidas com o próximo e com a natureza a partir do contexto social, político, cultural e econômico que formam esses seres.

Em suma, o breve histórico do Banco Mundial e o Neoliberalismo, têm influenciado as políticas educacionais em todos os países que são considerados países em desenvolvimento pelas políticas neoliberais. No entanto, buscamos refletir sobre suas influências também na educação brasileira e seus desdobramentos para os novos rumos da educação em nosso país. Na próxima seção, faremos uma análise do documento *Prioridades y Estratégias para la Educación – examen del Banco Mundial*, organizado pelo próprio Banco Mundial, com o objetivo de fazermos uma reflexão de como suas premissas econômicas e alienantes são direcionadas à educação, com destaque em suas implicações na formação docente.

### **3 A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS: IMPLICAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

A seguir, apresentaremos como as ações, a política e a visão do BM acerca da educação tem sido determinantes para os desdobramentos de seu interesse na educacional dos países periféricos<sup>1</sup>. Dessa forma, buscamos expor as propostas do BM para a educação desses países,

---

<sup>1</sup> Nos referimos à periféricos para definir aqueles países que situam-se na periferia econômica do capitalismo, ou seja, que não determinam as margens de lucro, visto que são considerados com baixo nível de desenvolvimento econômico e social. Antes denominados países subdesenvolvidos, agora países emergentes ou em desenvolvimento.

<sup>2</sup> *Prioridades y Estrategias para la Educación – Examen do Banco Mundial*, escrito em 1996 e disponível no próprio site do Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>.

principalmente, no documento *Prioridades y Estrategias para la Educación – Examen do Banco Mundial*, escrito em 1996 e disponível no próprio site do Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>, de modo a expor quais são seus argumentos acerca da educação e o desenvolvimento das crianças dos países que são financiados por ele. Partimos da premissa de que entendemos que não seria possível fazer uma análise sem conhecermos a fonte, nisso um adendo se faz necessário.

Apesar de o documento ter vinte e dois anos e não receber reformulações ou reedições continua atuante, pois como veremos mais adiante, ele é determinante na realidade brasileira. Sua forma de concretizar a intenção do BM é visível no trato que o Estado tem dado à educação no âmbito das políticas educacionais na perspectiva neoliberal. Outra questão, o documento foi elaborado pelos tecnocratas/especialistas do BM, não por profissionais da área da educação. Isso, por si só, já aponta a necessária cautela com os sentidos da educação presente nele.

Explanaremos as ideias presentes nessas fontes, seus sentidos e os principais argumentos para forjá-la, e em seguida, iremos apresentar ainda os estudos de Leher (1999). A intenção é traçar aspectos fundamentais presentes nas ideias do BM sobre a educação para subsidiar a análise da formação docente a partir dele na realidade brasileira.

### **3.1 A Educação na Perspectiva do Banco Mundial**

De acordo com o documento *Prioridades y Estrategias para la Educación – Examen do Banco Mundial*, a educação as primeiras etapas do ensino básico são muito importantes para o crescimento econômico e para a redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 1996. p.01). Especialmente, porque o movimento é de transformação, troca de tecnologia e de reforma econômica, que o mercado de trabalho está experimentando de forma radical essa transformação. Isto é, para o BM a educação básica é vista como uma solução para o crescimento econômico e para a redução da pobreza em países em desenvolvimento. Tendo em vista que a oportunidade é propícia porque o mercado de trabalho está passando por uma transformação, tanto no campo tecnológico como por transformação na economia. Isto é importante destacar, em 1996, quando tais interesses são voltados aos países periféricos, no Brasil, a partir do Governo de FHC.

No entanto, o BM reconhece que existem muitos problemas para serem resolvidos nesses países. E como soluções defendem que se faz necessário ampliar o acesso em educação em alguns países, em outros, aumentar a equidade, melhorar a qualidade da educação e acelerar o ritmo da reforma educacional. Reconhece que em muitos países os financiamentos para a

educação são insuficientes e inadequados para mudar a realidade de crianças que estão submetidas a uma educação precária, em escolas sem instalações que ofereçam o mínimo para a prática educacional.

Dessa forma, encontramos no documento a defesa de que são necessárias novas formas de financiamentos, troca nas organizações educacionais de quem está gerindo os recursos, com o objetivo de proporcionar mudanças de estruturas para que haja uma evolução de um mundo que está voltado para uma educação que não está preparando indivíduos para as novas transformações. Que, diga-se de passagem, para um mundo globalizado, altamente tecnológico. E o BM deixa, bem claro neste documento que a educação é um instrumento fundamental, pois sua política tem sido utilizada para o crescimento econômico e social em países em desenvolvimento, como vemos no trecho a seguir:

LA EDUCACION instrumento importante para el desarrollo económico y social. Es un elemento crucial de la estrategia del Banco Mundial para aydar a los países a reducir la pobreza y mejorar los niveles de vida mediante el crecimiento sostenible y la inversión en el capital humano. Esta doble estrategia exige que se promueva el uso produtivo de la mano de obra, que es el principal activo de los pobres, y se suministren servicios sociales básicos a los pobres (BANCO MUNDIAL, 1996, p.21).

Como podemos observar acima, a educação para o BM é de fato um instrumento voltado para a produção de mão-de-obra. Quando no texto encontramos que para reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida social é necessário investir no crescimento sustentável e no investimento do capital humano. Porém, fica claro que o objetivo principal é reproduzir através da educação mão de obra, que para o banco é a principal força da população mais pobres dos países em desenvolvimento. A educação pensada pelo banco para promover ao mercado de trabalho mão de obra adequada e qualificada. E a todo o momento a forma de conceber a educação para ele é formar os pobres para ser mão de obra qualificada para um mundo globalizado, tecnológico que a cada dia tem sido transformado pela necessidade de consumo dos indivíduos. Nisso, a educação tem um viés para o banco de fonte para o desenvolvimento econômico dos países que estão abaixo dos países desenvolvidos.

Outro aspecto que encontramos no documento é que a educação e o crescimento econômico estão, para o banco, entrelaçados para o melhoramento na produção de mão-de-obra qualificada. De acordo com suas ideias, quando um país investe em educação, melhorando a qualidade na saúde, na qualidade da força trabalhadora, o resultado são economias estáveis, tecnologia de ponta, crescimento da taxa de desenvolvimento econômico. Tudo isso, servindo

de argumentos para defender que a necessidade de se investir na educação tem um valor econômico.

De acordo com os especialistas do banco, as taxas de rendimentos na educação de países considerados em desenvolvimento tem sido pífios. Com relação aos países considerados desenvolvidos ou de porte médio, os resultados tem sido bem melhor. Pensando na educação brasileira o ensino médio, apresenta-se como as possibilidades para os jovens através dos cursos profissionalizantes a porta para ingressarem no mercado de trabalho, formando uma grande massa de mão-de-obra para o mercado de trabalho, com o objetivo de produzir bens de consumo.

Com relação aos avanços e os problemas da educação nos países em desenvolvimento, podemos encontrar em 1990:

En 1990, aproximadamente 130 millones de niños en edad escolar primaria-niñas en el 60% de los casos- no estaban matriculados en la escuela. (En los años ochenta, el número ascendía a 160 millones.) A las tres regiones donde las presiones demográficas son mayores les corresponden alrededor de los dos tercios del total de niños no matriculados en la escuela. En Africa, el 50% de todos los niños en edad escolar primaria están en esta categoría, en Asia meridional el 27% y en el Oriente Medio y Norte de Africa el 24% (BANCO MUNDIAL, 1996. p.40).

Segundo o documento do BM, não se tem um quadro confiável sobre a educação nos países em desenvolvimento por conta da escassez de dados confiáveis. Muitas vezes esses dados estão desatualizados, as estatísticas deles não são confiáveis, os métodos utilizados para pensar a educação nesses países são de forma desconectada da realidade educacional deles mesmos, dificultando qualquer elaboração de políticas públicas para a educação desses países (BANCO MUNDIAL, 1996, p.41).

Como elaborar planos de ações para melhorar a realidade educacional deles se não tem um diagnóstico preciso acerca da realidade que se apresentam? E o que é muito comum acontecer é elaborações de planos que não correspondem à necessidade deles, planos que não contemplem as verdadeiras necessidades da educação naqueles países.

Também, no documento do BM, a educação nos países em desenvolvimento tem tido um crescimento significativo de alunos dentro da escola, mesmo com o aumento de evasão e abandono da escola nesses países. Dessa forma, o BM aponta alguns problemas, tais como: guerra civil em países africanos, falta de políticas educacionais como consequência de um projeto elaborado pelo governo, falta de estrutura, a necessidade de ser manter financeiramente, por isso, os meninos abandonam a escola para trabalhar, principalmente nas lavouras, falta de dados confiáveis sobre a educação nesses países.

O banco apresenta aqui algumas causas que tem inviabilizado a educação em vários países em desenvolvimento pelo mundo. Em relação ao financiamento público é visto para o banco como meio de conquistar a eficiência e a qualidade. O financiamento público é o principal instrumento para implementar as prioridades do setor público e tem razões de peso que justificam sua intervenção para o financiamento da educação. Porque os gastos com a educação privada é alto para as famílias, é por isso que o governo precisa intervir, oferecendo educação de qualidade para a população, principalmente na educação básica. Esse quadro é exposto no documento:

**Quadro 2: Gastos en Educacion por Fuente de Fondos en Algunos Países en Todos los Niveles Combinados, 1991 (porcentaje)**

<i>Grupo y país</i>	<i>Fuentes públicas</i>	<i>Fuentes privadas</i>
<i>Países de la OCDE</i>		
Alemania	72,9	27,1
Australia	85,0	15,0
Canadá	90,1	9,9
Dinamarca	99,4	0,6
España	80,1	19,9
Estados Unidos 7	8,6	21,4
Finlandia	92,3	7,7
Francia	89,7	10,3
Irlanda	93,4	6,6
Japón	73,9	26,1
Países Bajos	98,0	2,0
<i>Países de ingreso mediano y bajo</i>		
Haití	20,0	80,0
Hungría	93,1	6,9
India	89,0	11,0
Indonesias	62,8	37,2
Kenyab (1992/93)	62,2	37,8
Uganda (1989/90)	43,0	57,0
Venezuela (1987)	73,0	27,0

- a. Instituciones públicas únicamente. Las fuentes privadas sólo se refieren a los hogares.  
 b. Niveles primario y secundario únicamente. Las fuentes privadas sólo se refieren a los hogares.

*Fuentes:* Noss 1991; OCDE 1993; Tilak 1993; Banco Mundial 1993c, 1993e, 1994e, 1994k.

*Fonte:* BANCO MUNDIAL (1996).

De acordo com o documento, nem todos os grupos da sociedade podem pagar pela educação de seus filhos, tendo em vista que só garantir a matrícula de todos na escola não seria suficiente. Mas, é positivo oferecer às gerações futuras a garantia de uma educação de qualidade para acabar com qualquer tipo de desigualdade social. Mas nesse argumento, a interferência do

mercado se faz necessário, porque as classes mais pobres não tem tido acesso às universidades em países que não tem políticas públicas que garantam a entrada dos mais pobres nas universidades. Com isso, a intervenção do Estado se faz necessário. Porque se não houver essa intervenção estatal os bancos que são financiadores de créditos educacionais, podem ficar sem condição de financiamento. Isto é, o governo tem intervir com políticas públicas que garantam o acesso dessas populações a universidade e ao mesmo tempo, garanta aos bancos garantias que os empréstimos para a educação sejam garantidos.

A princípio, pensamos que os investimentos produzidos pelo governo estivessem voltados ao acesso das classes menos favorecidas. No entanto, podemos observar que existe uma preocupação com o mercado financeiro no sentido de que este não venha perder o investimento que tem feito na educação de um determinado indivíduo.

Na leitura do documento encontramos a associação da educação com uma possibilidade de desenvolvimento econômico através da qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho.

Los beneficios de la educación llegan no sólo a quienes los reciben directamente sino también a la sociedad em general. Cuando no hay suministro público de educación, el gasto em educación se reduce más de lo conveniente. Según una versión adaptada de la nueva teoría del crecimiento, no sólo el próprio capital humano del trabajador, sino también el nivel médio de capital humano, afecta la productividad de los trabajadores (Lucas 1988). Es posible que la educación pública generalizada a nivel básico sea um umbral para o desarrollo. La distribución óptima de la educación para maximizar los efectos secundários asociados com el capital humano y aprovechar esos posibles umbrales parecería ser una distribución equitativa. Los efectos externos em la salud y la fecundidade no se maximizan sobre la base unicamente del gasto privado, pero la sociedad puede captarlos mediante el gasto público (BANCO MUNDIAL, 1996, p.81)

Como podemos perceber a intenção aqui com relação à educação está voltada para o mercado de trabalho. No texto observamos uma constatação, quando diz que tanto no Brasil como no Paquistão, o conhecimento dos professores em relação ao sujeito tem mais rendimento do que conhecimento obtido em sua formação. Isto significa que para as diretrizes do documento do BM, o conhecimento acerca do sujeito é mais eficaz para o aprendizado que ter conhecimentos teóricos, pedagógico e didático.

Tanto en el Brasil como em el Pakistán, el conocimiento de la asignatura y la educación formal de los propios docentes tenían más repercusiones em el rendimientos de los alumnos que la formación anterior al servicio (Warwick y Reimers 1992). Los estudios indican que em muchos países el nivel general de conocimientos pertinentes es insuficiente em el nivel primário. Por ejemplo em la India menos de la mitad de los maestros de cuarto grado pudo

responder correctamente al 80% de las preguntas de las pruebas de conocimientos de matemáticas de su curso (Bashir 1994). (BANCO MUNDIAL, 1996, p.91).

Dessa forma, vemos um argumento em favor do aligeiramento e do tecnicismo na formação docente. Análises que faremos mais adiante. Já na segunda parte do documento encontramos algumas reformas propostas pelo o BM no que se refere à melhoria para a educação dos países em desenvolvimento:

- Dar mais prioridade a educação;
- Prestar atenção no rendimento;
- Concentrar eficientemente o investimento público na educação básica e rediscutir em maior medida o financiamento familiar no ensino superior;
- Prestar atenção na qualidade;
- Intensificar a participação dos lares no sistema de educação;
- Dar autonomia as instituições a fim de permitir uma combinação flexível dos fornecimentos educacionais.

De acordo, com o banco essas reformas são essenciais para reduzir o analfabetismo entre os países em desenvolvimento. E como consequência dessas propostas, a ênfase na melhoria do desenvolvimento dos países onde o BM atua está centrada na educação. Para o banco, os países em que ele atua devem estar voltados à prioridade da educação que está sendo oferecida por ele. O documento visa orientar os países que priorizem a educação oferecida às crianças. Países da Ásia Oriental, Oriente Médio, África, países socialistas, europeus, países da América Latina e da Índia.

Com base no documento, a educação tem que ter prioridade, mesmo sabendo que existem diferenças entre eles, no que se refere desenvolvimento econômico, social, político e a forma que cada governo investe na educação. No entanto, vale salientar que existe uma preocupação nos resultados que estão sendo obtidos dentro dos investimentos dos governos. De acordo com o BM esses resultados precisam ser levados em consideração que venham ser feito um diagnóstico se os investimentos na educação de um determinado país tem sido suficiente e se tem sortido o efeito esperado com relação à aprendizagem.

Também encontramos a defesa que a educação básica seja prioridade máxima de todos os países. Porque proporciona as aptidões e conhecimentos básicos necessários para a ordem cívica e para a plena participação na sociedade, assim como para todas as formas de trabalho. O BM também se preocupa com a educação voltada para o mercado de trabalho, sendo pensada

para proporcionar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos com relação às grandes potências econômicas (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 105).

Fica claro que o Banco Mundial concebe como já afirmado acima, a educação como uma forma de produzir mão de obra voltada para o mercado de trabalho. Assim, a educação voltada para produzir indivíduos qualificados para desempenhar atividades de produção de bens de consumo para abastecer o mercado consumidor. Sugerindo que em algumas realidades educacionais o aluno pudesse passar um dia da semana inserido num ambiente de trabalho para que ele seja preparado para as exigências do mercado (BANCO MUNDIAL, 1996, p.111).

O BM se coloca como parceiro dos países em desenvolvimentos em projetos voltados a educação de crianças. Porque compreende que é nesse ciclo da educação infantil que as mesmas aprenderam habilidades, obterão conhecimentos gerais da educação para um futuro bem próximo, entrem para o mercado de trabalho. É por isso que os investimentos precisam estar focado na educação básica.

E como esses investimentos devem ser utilizados na educação básica de países em desenvolvimento? No documento do Banco Mundial (1996, p. 116) encontramos algumas propostas:

1. Educação básica gratuita;
2. Cobrança de direitos a matrícula na educação de segundo ciclo, com bolsas de estudos para aqueles que não podem pagar;
3. Cobrança de direitos para a educação superior;
4. Ter objetivo de ofertar uma educação de qualidade para todas as crianças deve ser a prioridade dos gastos públicos para a educação de todos os países;
5. Melhoramento gradual da educação de qualidade ofertada pelos países;
6. Gasto eficiente no nível das escolas e as instituições do setor público.

Com relação ao Brasil estão sendo elaborados planos de doações para construções de escolas com o apoio do BM. No Brasil, o financiamento público está condicionado às comunidades locais aos alcances das metas convincentes com relação à contribuição de materiais e mão de obra para a construção de escolas (BANCO MUNDIAL, 1996, p.118).

Sobre a preocupação com a educação, encontramos no texto do banco uma atuação direta na educação de vários países que compõe a OCDE, nos quais vários projetos são acompanhados pelo BM no que se refere a investimento como acompanhamento do que tem sido feito nesses países. Pensar a melhoria da educação passa por um acompanhamento de como os recursos estão sendo empregados, investigando as causas das crianças estarem fora da sala de aula, se o acesso das crianças está sendo cumprido pelas políticas públicas dos países que são auxiliados pelo banco e como tem sido a formação dos professores.

Outro aspecto observado é a participação da família e da comunidade em geral no cotidiano das escolas. Escolas que tem eleição para gestores escolares tem uma forte participação dos pais na escolha desses gestores. No entanto, existe a preocupação com a participação da família que pode dificultar políticas públicas gerais; pode haver dificuldades no cumprimento das leis estabelecidas pelos governos. O documento cita exemplos, tais como: segregação social, priorizar as crianças que vem de famílias com condição social melhor do que as dos pobres.

Na prática, o que o documento faz é uma ressalva no que se refere à participação da família nas decisões escolares. Porque algumas famílias acham que os seus filhos são os únicos merecedores de uma educação de qualidade, mas que apesar da condição sócia econômicas todos possam ter uma educação de qualidade ofertada pelo o estado, sob a vigilância do Banco Mundial. Entretanto, é preciso salvo guardar a autonomia das instituições escolares. Para o BM é de responsabilidade das instituições administrar os recursos. É a partir dessa concepção que o banco como o principal financiador de verbas para os países em desenvolvimento começa a ditar como essas verbas devem ser aplicadas. Por outro lado, os governos querem se isentar de suas responsabilidades implantam ou coadunam com tais decisões.

### **3.2 O Banco Mundial e a Educação nos Países em Desenvolvimento**

Como podemos perceber que a relação do BM com os países que ele atua, tem peso na educação, compreendemos com base no próprio documento, que o BM é a principal fonte de financiamento externo para a educação de países em desenvolvimento e proporcionalmente responsável pela quarta parte de todo apoio externo. Desde 1980, o investimento do BM tem crescido ao longo da história. Os investimentos aumentaram devido à importância da educação primária e secundária, em 1993 e 1994 recebiam a metade do total de empréstimos se concentravam anteriormente na África, Ásia Oriental, Oriente Médio, mas atualmente são encontrados em várias regiões. A educação de meninas está recebendo atenção expressa. Atualmente, os fundos do banco se utilizam menos para edifícios e mais para outros investimentos educacionais. O que antes era um enfoque concentrado em projetos concretos está dando passo pouco a pouco a um enfoque setorial amplo (BANCO MUNDIAL, 1996. p.162).

De 1990 a 1994, o BM dobrou os investimentos na educação primária:

Para los ejercicios de 1990 a 1994, las cifras comparables eran de 39% y 65%. En los proyectos de formación de maestros se presta actualmente apoyo a la elaboración de planes de estudio, a la capacitación pedagógica y a la preparación de materiales didácticos, en tanto que anteriormente los proyectos se concentraban principalmente en el suministro de instalaciones para la formación de maestros (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 166).

No entanto, existem algumas críticas a essa forma de pensar a educação projetada e desenvolvida pelo Banco Mundial e outras organizações internacionais, tais como BM e UNESCO.

Como já refletimos acerca da visão especificamente do BM e de outras instituições em relação à educação e como essa educação é proposta por essas entendidas não é para formar uma visão crítica da realidade que engloba várias dimensões do cotidiano, como por exemplo: o social, cultural, econômico e político, que envolve a vida desses indivíduos. Isto significa que a educação pensada por essas instituições não é para desenvolver um pensamento crítico. Mas para transformá-lo num sujeito que não reflète em sua condição social, que não permitir questionar o porquê desse modelo político e econômico que o coisifica como ser humano.

Segundo Mészáros (2008, p.27), “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. Ou seja, para Mészáros, a educação precisa ser pensada para além da visão capitalista, através de uma luta por transformação radical do modelo econômico vigente. É pensar na educação como uma ferramenta capaz de libertar o ser humano das imposições excludentes do capitalismo. Transformando a educação como uma prática reflexiva, na qual todos possam aprender e conscientizar-se acerca do seu papel e direitos através de uma educação que foi pensada para empoderar o ser humano e não coisificá-lo como uma máquina.

### **3.3 O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**

Aqui iremos refletir sobre os impactos das políticas educacionais do BM com relação ao Brasil, entendendo que existe uma cooperação técnica e financeira do banco ao setor educacional que não é nova, que teve início em meados da década de 70.

Tommasi (1996, p.10) destaca dois aspectos predominantes sobre as políticas educacionais do banco. Primeiro, a prevalência da lógica financeira sobre a lógica social educacional. Segundo, a falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade

do ensino, enquanto programam a redução de gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério.

Como podemos perceber, as políticas do Banco Mundial afetam em cheio a educação no mundo e como temos o objetivo de pensamos sobre a educação no Brasil, entendemos que essas políticas também causam danos em outras áreas sociais. Sobre os agentes financeiros, Tommasi (1998, p.10) argumenta que:

Não há como minimizar os perversos efeitos sociais provocados pelas reformas impostas pelos agentes financeiros internacionais; enormes contingentes populacionais estão sendo excluídos do mercado de como produtores e consumidores, ao mesmo tempo que perdem o direito a benefícios sociais essenciais como saúde, alimentação e moradia. Ainda que centrais esses efeitos não podem obscurecer a outra face dos ajustes e desregulações que têm sido impostos às economias do Terceiro Mundo: sofremos, hoje, um assalto às consequências. A nova ordem desejada pelo capital, a construção de uma nova hegemonia, a produção dos consensos em torno das reformas em curso só podem ser feitas à custa de um violento processo de amoldamento subjetivo: estamos perdendo os nossos direitos sociais à cidadania, mas temos que nos convencer de que, no horizonte, nos aguarda um mundo tecnologicamente mais desenvolvido.

Quando esses agentes financeiros internacionais, no caso do BM, impõem reformas educacionais para os países em desenvolvimentos são estabelecidas exigências que privilegiam o desenvolvimento capitalista desses países. Mesmo que eles deixem de investir em saúde, alimentação e moradia. Isto é, perder benefícios sociais em áreas fundamentais para qualidade de vida da população. Porque o interesse dessas organizações é que os países em desenvolvimento passem por um alinhamento fiscal, mesmo que isso signifique perda de direitos universais para a população.

Como consequências, são estabelecidas as políticas sociais compensatórias por essas organizações com o objetivo de mascarar sua face nociva às verdadeiras políticas públicas necessárias para esses países. Primeiro eles pedem um ajuste fiscal e depois pedem que os governos promovam reformas para integrarem uma nova ordem econômica. E dentro das reformas exigidas pelos órgãos internacionais estão as reformas educacionais.

Com isso, para Coraggio (1995, *apud* TOMMASI, 1998, p.11):

Essas reformas passam por adequações de suas políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; se faz necessário estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico e subjugar os estudos, diagnósticos de projetos educacionais a essa lógica.

As exigências estabelecidas por essas organizações são a princípio, a solução para os problemas educacionais. Porém, em longo prazo percebe-se que em nome de um desenvolvimento econômico, direitos universais são desconsiderados. No entanto, quando esses direitos são negligenciados cedo ou tarde os impactos causados por essas políticas que visam apenas o capital aparecem trazendo problemas sociais sérios. Atualmente, no Brasil cerca de 45% da população ainda não têm acesso a serviço adequado de esgoto; 40 milhões de brasileiros não tem acesso a água tratada (IBGE, 2017).

Evidenciamos aqui algumas causas da intervenção das políticas sociais defendidas por instituições internacionais, como o BM com relação a países em desenvolvimento que se submetem a alinhar suas políticas educacionais e sociais aos seus interesses. Isto porque o Banco Mundial exerce grande influência no que se refere ao crescimento econômico dos países considerados em desenvolvimento.

Hoje, o BM é um dos principais financiadores do mundo na área educacional. Mas essa atuação é estratégica para o processo de fortalecimento do neoliberalismo nos países considerados em pleno desenvolvimento, através de ajustes estruturais que são impostos para eles. Porque atualmente o Banco Mundial é o maior captador de recursos financeiros, exercendo profunda importância para o mercado financeiro internacional. Como também é o principal financiador de projetos que estão sendo desenvolvidos pelo o mundo todo. Em 1994, o envolvimento do banco tinha atingido 3.660 projetos e investido em média 250 bilhões de dólares de empréstimos, consolidando-se como um grande financiador de projetos em todo o mundo, principalmente nos países que apresentavam suas economias fragilizadas.

Desde a criação do BM que os EUA exercem autoridade na gestão do banco, que por sua vez, desempenha um papel importante como instrumento auxiliar do governo norte-americano na execução de sua política externa. No estatuto do BM estabelece-se que o país que possui o maior aporte de capital influenciará nas decisões e a votação também é proporcional ao seu investimento. É por isso que os EUA tem a presidência do Banco desde a sua fundação e até hoje. Sua participação tem sido de forma hegemônica e absoluta entre as nações que tem poder de voto nas decisões políticas e prioritárias do mesmo. Desta maneira, Soares comenta que:

Após cinquenta anos de operação e empréstimos de mais de 250 bilhões de dólares, a avaliação da performance do Banco Mundial é extremamente negativa. Esta financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente. Talvez a mais triste

imagem desse fracasso seja a mais de 1,3 bilhão de pessoas vivendo em estado de pobreza absoluto (SOARES, 1995 *apud* TOMMASI,1998, p. 17).

A partir dessa constatação podemos observar que a preocupação não está comprometida para ofertar uma política educacional que promova o desenvolvimento das pessoas nesses países e de fato para a libertação social dos indivíduos, mas para retirar o que se tem de melhor desses países. Partindo do princípio que suas ações têm gerado ao longo da história pobreza, exclusões e desigualdades nesses países por tudo mundo. Porque o objetivo maior é com a produção de riquezas e não para produzir justiça social, ensino de qualidade que gere equidade entre seus pares. No entanto, com o passar dos anos todo investimento empregado, precisa ter um retorno. É neste momento que países endividados não podem pagar pelos empréstimos ao banco.

Nos anos 80, houve uma crise de endividamento e o Banco Mundial e o FMI impuseram a economia brasileira programas para estabilizar e ajustar a mesma aos interesses internacionais. E como resultado dessa decisão passou a intervir de forma efetiva na formulação da política econômica brasileira. Que por sua vez, essa influência tem atingido até mesmo a legislação do país. Nisso, a partir dessas concessões feitas às entidades como o BM e o FMI tem orientado as decisões de muitos países que são ajudados por eles.

Soares explica que no início da década de 1990 houve o agravamento da miséria e da exclusão social no Brasil, no qual cerca de 40% dos brasileiros estão vivendo na pobreza, isso seria resultado “das políticas acordadas com o FMI e os programas de liberação e desregulamentação da economia brasileira estimulados pelo Banco Mundial” (SOARES, 1995 *apud* TOMMASI,1998, p.17).

Atualmente, esse número é de 52 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza. Esses dados são do IBGE de 2017, mostram que cerca de um quarto da população brasileira vive com menos de US\$ 5,50, isto é, (R\$ 18,24) por dia. Esse critério de avaliação foi usado pelo próprio Banco Mundial. Portanto, são 42,4% da população vivendo em condições deploráveis. E como podemos observar o número de pessoas nessas condições aumentou para 2,4%.

Ainda nos anos 80, o BM frente à crise do endividamento dos países em desenvolvimento assumiu o papel de guardião dos interesses dos grandes credores internacionais. Ou seja, passa a ser de responsabilidade do banco assegurar o pagamento das dívidas externas desses países que foram beneficiados com projetos desenvolvidos por ele. Isso porque os recursos que foram disponibilizados pelo banco vêm das grandes potências econômicas. Essas potências econômicas têm como objetivo adequar às economias dos países

que estão em desenvolvimento aos novos requisitos do capital globalizado. Isto significa que o BM passa a ser responsável não só pela gestão da crise do endividamento deles, como também reestruturação da política neoliberal desses países. Para assegurar os pagamentos das dívidas foram criados organismos como as SAPs (programas de ajuste estrutural), que condicionaram os empréstimos através de projetos orientados para os mesmo.

Soares apresenta algumas medidas necessárias para reduzir o percentual da população brasileira que vive na pobreza, elevando o crescimento econômico:

Por meio das condicionalidades, o BM começou a implementar um amplo conjunto de reformas estruturais nos países endividados, pautadas em uma concepção “mais adequada de crescimento”: liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxo do ponto de vista monetário. Essas políticas, que atendem em tornos gerais às necessidades do capital internacional em rápido processo de globalização, foram batizadas no final dos anos 80 de “consenso de Washington”. Embora alguns componentes desses programas tenham variado ao longo do tempo, são cinco os seus eixos principais: 1- equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2- abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3- liberação financeira, por meio da reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4- desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc; 5- privatização das empresas e dos serviços públicos (SOARES,1995 *apud* TOMMASI, 1998, p.23).

Para o BM, essas medidas serviriam para colocar em ordem o crescimento econômico desses países, mesmo que aumentassem a recessão e a pobreza. É evidente que o verdadeiro interesse da política do banco está relacionado com o crescimento econômico para produção de novas formas de consumo e não com a melhoria da educação das populações menos favorecidas através de ações institucionalizadas pelos seus respectivos governos. O compromisso dele é com os investimentos internacionais e não com a qualidade da educação nos países em desenvolvimento. E como consequência das políticas empregadas pelo o Banco Mundial tem acelerado o aumento da pobreza em países considerados em desenvolvimento, tem surgido críticas de ONGs, movimentos sociais e até mesmo do próprio Congresso norte-americano.

Dessa forma, podemos acreditar que Banco Mundial vem dando ênfase especial à educação, vista não apenas como instrumento de redução da pobreza, mas principalmente como fator essencial para a formação de “capital humano”. Isto é, a educação está para promover pessoas mais qualificadas para um novo padrão de produção de bens de consumo, promovendo um crescimento desigual e excludente nos países em que ele atua.

Outro ponto interessante que encontramos no texto é que no início do regime militar, o Banco Mundial aumentou os empréstimos para o Brasil. E o Brasil passou a ser nos anos 70, o

maior tomado de recursos do BIRD. Foi nesse período que houve uma maior relação entre o Brasil e o Banco Mundial, que representa os interesses dos investidores internacionais, que por sua vez, interferem nas políticas educacionais e econômicas dos países tomadores de recursos do BM.

**Quadro 3: Distribuição setorial dos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil**

Períodos \ Setor	1947-1965	1966-1975	1976-1983
Agricultura	----	9,2%	22,1%
Energia	92,5%	32,6%	18,7%
Transporte	7,5%	33,0%	12,6%
Indústria	----	19,7%	13,0%
Desenvolvimento urbano	----	-----	9,0%
Água e esgoto	----	3,0%	13,1%
Educação	----	1,6%	1,6%
Outros	----	0,8%	9,8%

Fonte: ARAÚJO (1991)

Como podemos perceber os investimentos para a educação estão muito aquém dos investimentos, por exemplo, na agricultura, energia, transportes e as indústrias. Percebemos que elas têm mais incentivos do que a educação. No entanto, na década de 80, o país teve que aceitar políticas de ajustes que se apresentaram incompatíveis com a estrutura econômica brasileira. E no final da década de 1980, o Brasil decreta moratória parcial da dívida externa, isto é, perder a capacidade de honrar com seus compromissos diante dos credores. E prontamente o Banco Mundial e o FMI reduziram participação do Brasil nos empréstimos do BIRD que caiu significativamente.

Vale salientar que o Brasil é um dos países em desenvolvimento que possui uma das maiores taxas de insucesso dos projetos financiados pelo BIRD - sendo 44% superior à taxa média que é de 37,5%, constatada pelo relatório Wapenhans (SOARES, 1995, *apud* TOMMASI, 1998, p.34). No período 1988-1993, o Brasil fez transferências que chegaram à casa de 6 bilhões de dólares. O Brasil pagou essa quantia que poderia muito bem ser aplicada no desenvolvimento do país em várias áreas e principalmente na educação. Nos governos de Fernando Collor de Melo e de FHC (Fernando Henrique Cardoso), deram continuidade às reformas liberalizantes, ou seja, continuaram com algumas ideias defendidas pelos organismos internacionais como BM e FMI (TOMMASI; WARDE, 1998, p.35).

Dessa forma, como podemos observar no próprio documento do Banco Mundial, suas políticas educacionais e reformas, estão a serviço de uma agenda das grandes potências

econômicas. E a educação que de fato poderia ser um instrumento para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e auxiliar no desenvolvimento sustentável do país, está comprometida para a formação de mão de obra para o mercado financeiro capitalista e excludente que privilegia uma educação tecnicista.

No próximo capítulo, temos como objetivo analisar as propostas do BM para a formação docente e os impactos de suas políticas para esses profissionais. Isto significa que, buscaremos encontrar como as políticas neoliberais adotadas pelo Banco e como essas políticas têm influenciado na formação docente, especificamente aqui no Brasil em processos de aligeiramento e fragmentação científica e tecnológica. Com isso, há uma redução à educação como espaço de formação mercantil em nome do desenvolvimento nos moldes do capitalismo contemporâneo.

#### **4. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO BANCO PARA FORMAÇÃO DOCENTE- IMPACTOS DAS POLÍTICAS NOS DOCUMENTOS**

Neste capítulo, iremos fazer uma análise das propostas do Banco Mundial, com relação à formação docente, buscando entender os desdobramentos para as políticas educacionais brasileiras. Para isto, vamos abordar as principais ideias definidoras do BM que influenciam as políticas de formação docente, especificamente com relação aos saberes/conhecimentos que os docentes precisam adquirir e construir ao longo de sua formação. É importante salientar que é o BM que traz políticas como medidas sociais e econômicas para a formação docente aqui no Brasil, isso é comprovado em seu próprio site, no qual buscamos observar quais são os direcionamentos para educação nos países que são beneficiados com suas políticas. Embasamos nossa análise a partir de teóricos que pensam a formação docente e seus sentidos a partir do que o profissional aprende em seu processo formativo.

E por último, iremos apresentar a discussão o que foi apresentada nos capítulos anteriores acerca do Banco Mundial e sua influência na Educação Brasileira, com intuito de apresentar uma discussão relevante à formação docente na atualidade. Um das discussões é a que se apresenta nas pesquisas desenvolvidas por Tardif acerca dos saberes docentes, uma vez

que a referida pesquisa aponta aspectos que corroboram com as propostas do BM se não forem devidamente analisadas e aprofundadas. Outra discussão é a que se faz presente nas análises das atitudes docentes defendidas por Libâneo. Nela, encontramos respaldo para formar contraposições às propostas do BM e resignificar o sentido que a formação docente têm apresentado na contemporaneidade.

#### **4.1 O(A) Professor(a) e sua Formação na Visão do Banco Mundial**

Antes de qualquer explanação acerca da temática proposta acima, queremos situar o leitor que durante a década de 1990, houve uma imposição das políticas neoliberais para a América Latina e Caribe. Políticas essas, que refletiam sobre a prática da educação nos países do nosso continente, defendendo que a educação seria responsável pela radicação da pobreza nesses países. No entanto, o que percebemos nos escritos dos documentos apresentados por essas organizações é que o professor seria o principal responsável pelo fracasso da educação pública que seria ofertada na América Latina e Caribe.

Como estamos refletindo desde o início do nosso trabalho sobre a importância do Banco na educação, já falamos da influência do mesmo como o principal financiador dos países em desenvolvimento pelo mundo em vários projetos de recuperação econômica, social e educacional. Porém, ao longo da história encontramos a política do Banco mudando o seu foco de atuação para a educação.

Em 1970, as prioridades de investimento do Banco para a educação estava direcionada para a implantação do ensino técnico, onde até então, o foco estava direcionado para o ensino elementar. Nos anos de 1982, o Banco Mundial revelou uma fase muito cruel para os países em desenvolvimento, pois como o maior financiador desses países, exigiu dos governos um ajuste estrutural, por causa da instabilidade financeira que o mundo capitalista estava enfrentando. Logo, esses países foram submetidos ao caos, viram o desemprego aumentar, enfrentaram o aumento vertiginoso das privatizações, altas taxas de juros e uma grande perda dos direitos trabalhistas. Em 1990, o foco do Banco volta para o ensino elementar.

De acordo com as autoras:

O investimento no ensino fundamental não objetivava uma formação consistente, mas a apropriação de conteúdos mínimos (denominados básicos) e requerendo uma formação de professores rápida, aligeirada, pragmática e com domínio de técnicas, sem aprofundamento teórico, apenas o suficiente

para atender a perspectiva de pacificação das massas. Quanto ao Ensino Superior, o Banco Mundial sempre assumiu uma postura “antiuniversitária”, buscava entre outras coisas, reprimir o avanço da teoria marxista que ganhava adeptos entre os intelectuais que atuavam no ensino superior público. Como estratégia propagava que as Universidades públicas só atendiam à elite brasileira e excluíam a maioria da população (GONÇALVES; ZANATA, 2018, p. 256).

Como podemos perceber o Banco Mundial com sua política neoliberal para a educação brasileira influenciou a mesma na década de 90. Como evidência de sua participação nessa construção da educação foi no mesmo ano que ela passou por um processo de municipalização, através da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.

Para Gonçalves e Zanata (2018), não só foi à municipalização do ensino, mas o Banco Mundial e outras entidades internacionais como a UNESCO passaram a avaliar a educação brasileira. Porém, os mecanismos utilizados para essa avaliação eram estritamente numéricos. Foi criada uma forma avaliativa que considerava apenas números, não se levava em consideração aspectos sociais, econômicos e culturais para a aprendizagem das crianças. Infelizmente, para a nossa constatação ainda encontramos o princípio da política neoliberal atuando com todo vigor sobre a educação brasileira em nossos dias.

Com relação à formação de professores, alguns teóricos apresentam que as visões do Banco e de alguns organismos educacionais pensam sobre a formação do professor.

De acordo com Shirona e Evangelista (2003), a profissionalização docente foi colocada como elemento central das Reformas Educacionais, colocando na ação docente a responsabilidade de construir uma educação de qualidade que caminhasse para superação da exclusão, sem colocar em questão que a exclusão se insere no próprio caráter estrutural do sistema capitalista.

No entanto, as investidas no Banco não param por aí, ele propõe a desqualificação do professor, defende intervir na formação dos professores, no que se refere salário e propondo avaliações acerca do seu trabalho. Na verdade, seu objetivo é desqualificar seu trabalho e colocá-lo como sendo incapaz para desenvolver o seu trabalho no processo de aprendizagem. O que podemos observar é que o Banco se preocupa com mecanismos avaliativos, números, controle para os docentes do que pensar na sua formação de forma que os mesmos pudessem obter uma formação qualificada e continuada, propor melhorias salariais e condições adequadas para esses profissionais.

Para Libâneo (2013), o Banco Mundial defende um ensino fundamental para atendimento universal com conteúdos mínimos, uma escola voltada para o acolhimento em

detrimento ao ensino e à aprendizagem, mas aponta o setor privado como caminho para o acesso ao ensino médio e ao superior.

Ao longo da história da educação brasileira o foco tem sido a escola e a prática do professor. Se a aprendizagem acontece é mérito do aluno, mas se isso não é realizado a culpa recai sobre o professor. Aqui no Brasil é muito comum encontrarmos ataques de todos os lados ao trabalho docente, que muitas vezes, não tem a sua disposição recursos para lecionar em sala de aula, sem falar que é mal remunerado, onde muitas escolas o trabalho docente é quase uma missão impossível pela precariedade dos espaços que se apresentam insalubridades para a saúde do professor e dos alunos, dificultando o exercício educacional desses profissionais.

Mas, muitos tendem a criticar o professor pelo fracasso da educação em nosso país, porque não estamos olhando para a escola como espaços para o saber, mas pensando a escola como se fosse uma empresa, submetendo a educação a vários tipos de avaliações, tais como: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB), Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), entre outros.

As autoras Gonçalves e Zanata (2018) trazem para esta reflexão Barreto e Leher (2003), para esta discussão:

Barreto e Leher (2003) acrescem a essa reflexão, ao denunciar que por detrás do discurso sobre a importância da educação, como elemento essencial à competição entre os países, está à defesa da flexibilidade que inclui a diluição dos direitos trabalhistas e política de privatização do ensino. Os autores apregoam que o discurso dos anos 1990 responsabilizava à resistência dos professores pelo insucesso da reforma educacional, portanto era imprescindível flexibilizar o trabalho docente: É impossível notar uma cuidadosa construção da imagem do professor: Corporativa, desqualificado, obsessivo por reajustes salariais, descompromissado com a educação dos pobres, partidário da oposição etc. (BARRETO e LEHER, 2003, p.48 *apud* GONÇALVES e ZANATA, 2018, p. 261).

Na verdade, o que temos visto é um grande movimento para desacreditar a educação e o professor em nosso país. Em primeiro lugar paga-se mal ao professor e não fornecem materiais didáticos para que o professor possa elaborar um plano de aula que atraia os alunos para o desenvolvimento no que se refere à aprendizagem. E coloca o professor como responsável pelo insucesso dos alunos em sala de aula. Ao ponto que pouquíssimos alunos querem seguir a carreira docente. E sem falar na formação aligeirada que muitos são submetidos em sua formação.

Sobre a política de flexibilização do trabalho docente, Shiroma (2003 *apud* GONÇALVES e ZANATA, 2018, p.262) mostram alguns fatores decorrentes:

a) o incentivo a criação de cursos de formação em serviço (programas PROFORMAÇÃO, PROINFANTIL, PROGESTÃO) que ao trabalhar com professores leigos e legitimá-los como habilitados ao magistério objetiva a ampliação de mão-de-obra barata. De acordo com Shiroma et al.(2017), as instituições formadoras, principalmente as universidades públicas, foram duramente criticadas por sua abordagem tachada como excessivamente teórica e ideológica. De modo, que a formação do professor fora da universidade desencadeou o processo de desintelectualização docente.

Entre 1987 e 1997, a UNESCO elabora um documento com o intuito de nortear a educação na América Latina e Caribe. No referido documento encontramos uma advertência para os pais e os professores, onde o documento atribui aos mesmos à educação das crianças.

De acordo com Gonçalves e Zanata (2018), o documento defende que:

A sociedade tem que ter plena consciência do papel insubstituível que as mães desempenham na transmissão e aquisição de atitudes e comportamentos, de valores que constituem a essência indispensável da convivência, pilares morais que servem de apoio e orientação às crianças na etapa de formação, e aos jovens nos anos difíceis da adolescência. A adequada formação de pais e mestres-figuras centrais do processo educativo- é indispensável para alcançar os objetivos que determinamos neste campo (UNESCO, 1998, p. 7).

Para a UNESCO, a educação é responsável para acabar com a pobreza, desigualdade, intolerância e injustiça, entre as pessoas. Para mudar também uma cultura de guerra e violência para uma cultura de paz. Porém, segundo as autoras é recorrente encontrar no documento uma tentativa de culpabilizar o professor pelo fracasso da educação. Para isto, o documento apresenta algumas propostas, tais como: Descentralizar o currículo e redefinir novos papéis aos docentes (facilitador, avaliador, orientador para utilização das tecnologias); adoção de práticas pedagógicas pertinentes, por meio de formação utilizando materiais adequados (GONÇALVES; ZANATA, 2018, p.265).

Em 1996, a UNESCO realizou a VII Conferência de Ministro da Educação (MINEDLAC), onde foram estabelecidos alguns indicadores qualitativos que visavam avaliar o sistema educacional na América Latina e Caribe. No entanto, aos indicadores foi acrescida a recomendação de responsabilizar ao professor os resultados da avaliação. Ou seja, recai sobre o professor a responsabilidade de apresentar resultados satisfatórios.

De acordo com a UNESCO, é preciso reconhecer a necessidade de melhorar e valorizar a profissionalização do docente “na perspectiva de que sejam capazes de atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno e assumam a responsabilidade dos resultados,

reconhece, também, as condições difíceis nas quais vivem a maior parte dos docentes da região” (UNESCO, 1998, p.34 *apud* GONÇALVES; ZANATA, 2018, p. 265).

As autoras defendem que existe uma preocupação com uma educação que seja eficiente para as crianças nos países do nosso continente. Entretanto, emerge do documento uma culpabilização do professor através dos indicadores que foram estabelecidos, sem levar em consideração os problemas estruturais encontrados por eles para o desempenho de suas atividades. Culpabilizar ao professor pelo fracasso da educação é negar outros fatores para o fracasso ou o sucesso na educação. São eles: a ausência do poder público, a remuneração muitas vezes insuficiente, falta de materiais para o bom desempenho do seu trabalho, entre outros.

Com relação ao Banco Mundial, no que se refere ao papel do professor com a educação no ano de 2006, o mesmo apresentou um relatório sobre o desenvolvimento mundial que se referia a Equidade e Desenvolvimento:

A equidade é definida em termos de dois princípios básicos. O primeiro é o princípio de oportunidades iguais: as conquistas na vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como etnia, gênero, história social ou familiar ou ainda país de nascimento. O segundo princípio é a prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo (BANCO MUNDIAL, 2006, p.7 *apud* GONÇALVES e ZANATA, 2018, p.266).

Cabe ressaltar que a visão do Banco está baseada na meritocracia, na qual não se leva em consideração a construção social e histórica desses países, desconsiderando a condição das etnias, das minorias e questões de gênero. Na verdade, o relatório apresenta dados que apontam uma melhoria nos indicadores sociais e na educação. Propondo reformas para a educação, com objetivo de elevar a educação em nosso continente a níveis mundiais.

Porém, a política de financiamento do Banco defende que para os países receberem a ajuda financeira precisam estar comprometidos com a aprendizagem das crianças. Mas isto, o Banco defende que:

Numa perspectiva operacional, o Banco Mundial concentrará cada vez mais a sua ajuda financeira e técnica em reformas do sistema que promovam os resultados da aprendizagem. Para esse feito, o Banco irá concentrar-se em ajudar os países parceiros a consolidar a capacidade nacional para reger o sistema de desempenho com relação aos objetivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6 *apud* GONÇALVES E ZARATA, 2018, p. 270).

Como no documento da UNESCO, o Banco Mundial também critica e responsabiliza os professores pelo fracasso da educação nos países da América Latina e Caribe. Culpabilizando professores, sindicatos, a autonomia do professor em sala de aula. Com relação à submissão ou não as novas políticas trazidas por ele, o histórico efetivo que aqui em nosso continente os professores se reúnem e fazem manifestações nas ruas para impedirem que essas novas políticas entrem em vigor. O Banco para justificar suas práticas, defende que a maioria dos professores, composta pelo sexo feminino, vem de famílias que possuem uma renda *per capita* baixa, possuem uma formação precária, são formados em espaços educacionais muito formais, baixos salários, entre outros.

No que se refere ao baixo salário, o Banco tenta justificá-lo defendendo que os professores trabalham menos do que outros profissionais de outras profissões, possui estabilidade, apesar da curta jornada de trabalho, a possibilidade de ter férias por duas vezes no ano. Isto para a política do Banco são algumas causas do fracasso da educação nos países em desenvolvimento.

Para acabar com essas “regalias” o Banco define algumas funções com o objetivo de implantar um sistema que instrumentalize fazer a avaliação dos professores, são elas:

Melhorar a qualidade e responsabilizá-los por seu processo de formação. Defende: salários diferenciados por competência e desempenho; redução de número de professores. Reitera a necessidade de estabelecer estruturas voltadas para as recompensas profissionais e financeiras, estreitamente ligadas a política de responsabilização. Destaca que a qualidade de todo sistema educacional, em todo o mundo, implica na integração destes três elementos (GONÇALVES, ZANATA, 2018, p.272).

Mais uma vez reiteramos que não é culpabilizando o professor que os problemas da educação em nosso continente serão resolvidos. O professor é mais uma peça na engrenagem, no qual todos devem ser responsabilizados: o governo, família, sociedade, profissionais da educação etc.

Dessa forma, as autoras defendem que os organismos internacionais acreditam que a formação do professor seja básica, esvaziada de conteúdos, sem consistência teórica e política, pautada na formação continuada, centrada na atividade prática e indicando a utilização de tecnologia e materiais adequados (auto-instrucionais) (p.273).

### **4.3 A Relação do Banco Mundial com a Formação do (a) Professor (a) no Brasil**

Outro aspecto interessante que podemos abordar é a relação do BM com a formação de professores. Especificamente, vamos refletir acerca da relação do banco com a formação dos professores aqui no Brasil. Em um artigo publicado no [www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br), acessado no dia 24/11/2017, apresentava um documento do Banco Mundial com relação aos benefícios dos professores aqui no Brasil. O artigo intitulado: *Professores brasileiros têm salário adequado e benefícios acima da média, diz Banco Mundial*.

No entanto, no mesmo artigo encontramos algumas queixas sobre essas premissas do banco. Entre as queixas, destaca-se a falta de qualidade da educação no Brasil, tudo é discutido, mas raramente questionado: a de que os professores de escolas públicas são mal pagos e que essa é uma das principais razões para os maus resultados do ensino. Mas um estudo recente do BM sustenta que essa constatação está errada.

O BM (1996) traz um relatório que a causa dos maus resultados da educação aqui no Brasil, não é a má remuneração dos docentes, mais a péssima relação entre o gasto público e os resultados das escolas. O desperdício, a ineficiência e a falta de incentivos para os docentes. Dessa forma, no documento do BM encontramos a seguinte ideia:

O piso salarial dos professores brasileiros está em média com o que é pago em outros países com renda per capita similar. No entanto, os salários dos professores no Brasil aumentam rapidamente após o início da carreira. Devido às promoções automáticas baseadas nos anos de serviço e da participação em programas de formação, em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais. Essa evolução supera significativamente a maioria dos países no mundo.

Outro aspecto levantado pelo relatório são as vantagens oferecidas aos professores dentro do sistema de previdência, “vale destacar que os professores brasileiros têm direito a planos previdenciários relativamente generosos sobre a previdência. Essa generosidade dos benefícios previdenciários é muito superior aos padrões internacionais” (BANCO MUNDIAL, 1996).

No documento encontramos a afirmação que a profissão é desprestigiada, mas aponta outras explicações para o problema: a pouca seletividade na contratação desses profissionais e a falta de uma relação entre o salário e o nível de desempenho do professor. Ainda, o documento apresenta resultados aqui no Brasil que tiveram um custo efetivo satisfatório, como premiar os professores que ajudaram a mudar o índice de estados como: Rio de Janeiro e Pernambuco, avaliação dos professores em relação aos seus desempenhos, distribuir os recursos do ICMS para os municípios de acordo com o seu desempenho. Para isto, seria possível aumentar a

qualidade do ensino fundamental em 40% e do ensino médio em 18% sem aumentar as despesas com a educação. A solução está em acabar com o desperdício e elevar a eficiência na aplicação dos recursos.

De acordo com o que o documento apresenta encontramos especialistas em educação divergindo sobre o que o BM defende. Roberto Ellery, professor de economia da UNB, concorda em linhas gerais do estudo, comenta que existe um problema de gestão gigantesco e sem resolver esse problema de gestão não será viável fazer qualquer tipo de investimento na educação. Assim, para ele o problema está no como gerir os recursos, aprendendo a gerir os recursos será possível resolver os problemas da educação.

Fazendo um contraponto a essa ideia, o professor Gilmar Bernalto, PUCPR questiona a metodologia usada pelo estudo do BM e diz que a condição salarial no Brasil é sim um fator importante para a melhoria do magistério. Porque para ele os talentosos acabam fugindo do magistério e a qualidade acaba caindo. Para o professor Gilmar, uma educação de qualidade passa necessariamente pela valorização da formação desses profissionais, com salários que os docentes sintam-se valorizados e que não abandonem o magistério para outras áreas que valorizem seu trabalho e sua formação.

No entanto, sabemos que quando se tem pessoas que sabem gerir os recursos empregados na educação com responsabilidade e compromisso, temos escolas bem estruturadas, condições para o exercício do trabalho docente. Mas comungamos das ideias do professor Gilmar de que o problema da remuneração dos docentes no Brasil precisa ser levado a sério. Porque a cada dia vemos que a educação que tem sido ofertada no Brasil não tem sido das melhores. Temos amargado índices catastróficos com relações a países desenvolvidos.

O grande problema do BM com relação à educação é que em 1990, em Jomtien, o banco assume de forma decisiva e efetiva as decisões no campo educacional no mundo. É a partir deste momento que o BM atuará de forma direta de como os recursos, projetos e políticas públicas, como sendo o principal provedor de recursos financeiros para a educação mundial. Porém, o mesmo possui uma ideologia que é disseminada através dos financiamentos, que podem ser financeiros ou até mesmo de trocas de tecnologias. E bem sabemos que o principal objetivo BM é difundir a visão capitalista para os países em desenvolvimento, produzindo mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Em relatório veiculado pelo o UOL Noticias, por Isabela Palhares, acessado no dia 24 de junho do corrente ano, nos deparamos com a seguinte constatação: que apenas 2,4% dos jovens brasileiros querem ser professor. Apenas 2,4% têm interesse na profissão docente. Há

dez anos, o percentual era de 7,5%. Os dados são do relatório Políticas Eficientes para Professores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na média, os países avaliados também tiveram queda na proporção de alunos de 15 anos interessados pela carreira. O percentual passou de 6% dos adolescentes para 4,2%. De acordo com o estudo realizado, o problema da baixa atratividade com relação à docência está no pouco reconhecimento da própria sociedade a profissão, como também nos baixos salários e o estresse que a profissão submete o profissional diariamente.

Outro aspecto detectado na pesquisa é que quanto menos escolaridade os pais tiveram, a profissão docente se transforma em oportunidades para os filhos. Que o contrário acontece em famílias que os pais tiveram uma escolaridade maior, no qual os filhos sonham em serem médicos, advogados, administradores, engenheiros, etc. No Brasil, de acordo a pesquisa, quanto menor a escolaridade dos pais, maior é a proporção dos filhos interessados pela carreira docente. Sendo assim, a pesquisa mostra que a profissão é a escolha de 34% dos jovens filhos de pais que terminaram o ensino fundamental. E esse número cai entre os filhos de pais que cursaram o ensino superior para 18%.

O estudo aponta que uma das principais causas da falta de interesse dos jovens pela profissão é a desvalorização social e econômica. Isto significa que, as causas apontadas pelo BM não tem levado esses fatores em consideração. É por isso, que muitos são desestimulados a seguirem a carreira docente. Porque socialmente existe uma desvalorização com relação ao professor, como também os baixos salários não são convidativos para os jovens na escolha de sua profissão.

Dessa forma, podemos perceber que os organismos internacionais tem influência sobre a educação brasileira. Desde como a educação deve ser pensada, como deve ser a formação docente, que por sua vez, deve ser aligeirada, antirreflexiva, como deve ser o currículo, impõe mecanismos avaliativos que determinam as políticas de financiamento, a composição da escola, etc.

O trabalho docente é muito diversificado. Muitos pensam que é apenas ensinar algo a alguém. Mas é um ato de se permitir a aprender com o outro. É uma decisão que envolve uma concepção política, social, econômica e cultural, no que se refere, a aprendizagem. Isto é, o trabalho docente será ou deve ser sempre uma troca de aprendizagem, em que tanto aquele (a) que está na posição de mestre aprende com aquele (a) que está na condição de aprendiz.

Outro ponto que destacamos sobre o trabalho docente era que anteriormente essa profissão predominantemente tinha a figura masculina como responsável pela a educação das crianças. Porém, no século XIX para o século XX, a profissão docente passou para a

responsabilidade das mulheres. Esse acontecimento ficou conhecido como a feminização do magistério. Segundo Apple (APPLE, 1998, p. 14 *apud* CARMAGO, ROSA, 2018, p.289), “foi com essa virada de funcionalidade de atividades que veio a desvalorização”.

De acordo com Alves (2012), fazendo uma análise sobre a participação dos negros no magistério, especificamente, uma pesquisa na Educação Básica de Goiás, é que quando a participação do negro na profissão é marginalizada, são submetidos às piores condições de trabalho e de formação (ALVES, 2012, p.80 *apud* CAMARGO, ROSA, 2018, p. 290). Desta maneira, quando se analisa a presença da mulher e do negro no processo educacional brasileiro, eles são inferiorizados dos demais profissionais.

Dessa forma, podemos pensar que as decisões do Banco Mundial são contraditórias para as questões de gênero e das etnias, defende que ninguém pode ser beneficiado por sua etnia ou questão de gênero. Se desde a formação já existe uma disparidade de valorização entre homens e mulheres, entre brancos e negros e entre países em desenvolvimento e as grandes potências. Mas para muitos é uma questão de competência, uma questão de meritocracia. E como podemos perceber, é uma questão de equidade e de políticas públicas.

Conforme a Constituição Federal do Brasil, tendo em vista o disposto no art.211, caput e §1º da, no art. 3º, incisos VII e IX e art. 8º, § 1º e § 2º da Lei 9.394/1996, na Lei 10.172/2001, bem como o disposto e no art. 2º da Lei nº 8.405 de 09 de janeiro de 1992. Decreta no Art. 2º os princípios do Sistema Nacional Público de Formação de Profissionais do Magistério:

- I. A formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;
- II. A formação do professor como um compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais (MEC, 2008, p.1).

Encontramos no decreto presidencial a preocupação com uma educação de qualidade, justa, inclusiva e democrática. Porém, o que temos visto é uma educação que tem se voltado para a formação de jovens para ingressarem no mercado de trabalho, uma formação aligeirada para os professores, tem faltado políticas públicas que de fato valorizem os profissionais de educação e planos de cargo e carreira para os mesmos.

Dessa forma, podemos afirmar que ao longo da nossa pesquisa com relação ao Banco Mundial e sua influência sobre a educação brasileira e para os países em desenvolvimento partindo da sua origem, percebendo as mudanças de atuação, em que inicialmente surge como resposta para socorrer os países da Europa pós-segunda guerra mundial, passando a figura junto

ao FMI e a UNESCO como sendo o maior financiador de recursos para os países considerados em desenvolvimento. Analisamos também os impactos da inserção das políticas econômicas desenvolvidas pelo banco com relação à educação desses países e como essas políticas tem influenciado a economia desses países e como o banco tem decidido acerca da formação docente em todo o mundo. Pensou em desenvolvimento nas áreas educacionais pode ter certeza que o BM tem poder de influências nos países financiado por ele.

Por traz da atuação do banco encontramos a visão neoliberal do mercado. Que só tem um compromisso que é com o capital, com o lucro. E por fim, mas não tão importante pensamos na relação do Banco Mundial com a formação docente para a educação brasileira e quais têm sido os desdobramentos para essa formação. E como resultado percebeu como a formação e a valorização dos professores aqui no Brasil têm sido negligenciadas, os profissionais são mal remunerados e com isso, muitos não querem seguir a profissão docente.

O Banco Mundial, em nossa compreensão tem exercido uma autoridade muito forte sobre as decisões sobre as políticas educacionais em vários países no mundo inclusive no Brasil. Entendemos que sem autonomia, nenhum país pode exercer a sua soberania acerca de políticas públicas que visem de fato emancipar o ser humano, tendo em vista que é prerrogativa do banco fazer algumas imposições aos países tomadores de recursos. É muito comum em suas reivindicações ser exigidos ajustes fiscais, onde os governos se comprometem a cortar gastos, privatizar empresas nacionais e se comprometerem em repensar a educação como aligeirada, alienada e não reflexiva, mas com objetivo de formar mão de obra para o mercado de trabalho.

Acreditamos que o Banco Mundial como sendo o carro chefe dessa política neoliberal, em nome do capitalismo e sendo o maior financiador das grandes potências, em nossa compreensão tem contribuído de forma muito marcante a desigualdade nos países em desenvolvimento. Em nome de erradicar a pobreza, tem aumentado a distância entre elas, no que se refere ao poder econômico, desenvolvimento, justiça, equidade, saúde, educação, segurança, moradia, entre outros.

#### **4.4 O (A) Professor (a) Diante da Formação Aligeirada e Antirreflexiva Proposta pelo Banco Mundial: a questão dos saberes**

Em seu livro *Saberes Docente e Formação profissional*, Tardif (2000, p.245), traz algumas discussões sobre os saberes docentes a partir do que ele denomina “elementos para

uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências para a formação docente”.

Para o autor, existem três questões que precisam ser abordadas como problemáticas no que se refere à profissionalização do ensino e da formação de professores em vários países no mundo. A primeira questão está relacionada aos saberes profissionais dos professores. Isto é, conhecimentos, competências e habilidades. Em segundo, como esses saberes se distinguem entre os conhecimentos universitários. E por último, quais as relações entre os saberes profissionais e os conhecimentos universitários e entre os professores do ensino básico e os professores universitários.

De acordo com Tardif (2000), a formação do profissional de educação tem passado por várias transformações durante os últimos vinte anos para o exercício do magistério. Na verdade, tem se pensado construir um novo repertório para a formação do professor com o objetivo de transformar o que se considera um ofício numa profissão que se assemelha a qualquer outra profissão, tais como: médico, advogado, engenheiro, entre outras. A questão chave levantada por ele é que compreender uma epistemologia prática profissional, tendo em vista que até o conceito de profissionalização tem passado por uma crise, na qual se pretende renovar os fundamentos epistemológicos da profissão docente (p.255). A proposta é pensar um ofício como é o caso da docência em uma profissão como qualquer outra, com suas especificidades e como seus conhecimentos.

O autor menciona que [...] “não se deve confundir os saberes profissionais com os conhecimentos transmitidos no âmbito da formação universitária” (TARDIF, 2000, p.257). O que percebemos é que não podemos confundir saberes profissionais com conhecimentos universitários. Isto significa que existe um conhecimento que não se adquire nos espaços universitários. Esses conhecimentos podem ser apreendidos com nossas experiências como discentes, com docentes que marcaram nossa caminhada e quem sabe até ser algo inato para desenvolvermos o ofício do magistério.

De acordo com Tardif, existe um problema na pesquisa da educação: “abordar o estudo do ensino de um ponto de vista normativo, o que significa dizer que os pesquisadores se interessam muito mais pelo que eles são, faz e sabe realmente (TARDIF, 2000, p.259)”. A todo o momento o autor deixa claro que se limita em seu trabalho a uma discussão conceitual e polêmica a respeito da epistemologia da prática profissional. Dessa forma, a formação do professor é adquirida ao longo da sua caminhada que perpassa pelas suas experiências como aluno, pela formação acadêmica e pela formação continuada e sem falar da cultura escolar, são saberes heterogêneos.

Isto significa que não podemos pensar no professor como um ser alienado de sua história de vida, da sua vivência com outros, do seu contexto social, cultural e econômico. Porque a finalidade do trabalho docente está voltada a outros seres humanos. Não existe docência sem o outro e é nesta relação que se transforma e é transformado.

Por último, Tardif (2000, 276) faz uma crítica aos professores universitários que não conseguem enxergar que são profissionais do ensino, e por isso, que suas práticas também são objetos de pesquisa. Se as práticas que ensinamentos são tão boas para os alunos e para formar o professor também devem ser para nós, caso contrário, elas não são tão boas assim.

O que podemos perceber na obra de Tardif é que ele faz uma crítica acerca da formação dos professores, saberes profissionais e universitários. Fala com propriedade da história sobre a formação dos professores. No entanto, sentimos falta do autor ter feito uma relação da formação de professores com a relação às instituições internacionais como o Banco Mundial, FMI e a UNESCO, portanto, de uma análise que considere as contradições sociais e econômicas. Como temos refletido sobre as influências dessas e de outras instituições, faltou por parte do autor, uma crítica a essas instituições e como elas interferem nas políticas educacionais, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, que estão sob a batuta delas.

Também não encontramos por parte do autor, alguma reflexão de como os conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino superior têm de fato norteado as praticas dos discentes com relação a sua prática nos estágios obrigatórios pela mesma. Ou seja, se o que tem sido proposto nas universidades tem conexão com as escolas, com o que tem sido ensinado nessas instituições e de que forma as universidades estão atentas com as necessidades vivenciadas pelas escolas públicas em todo o território nacional e quais as causas econômicas e políticas que interferem nos limites desse alcance da universidade em relação à escola.

Acreditamos que refletir sobre os saberes docentes e sua formação sem levar em consideração a influência das políticas neoliberais sobre a educação, inclusive a brasileira, e desconsiderar a força do mercado sobre os estados que tem como objetivo formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, no qual a educação é pensada de forma aligeirada e desconectada com a realidade desses indivíduos. Por isso, limitar a reflexão sobre a formação docente entre saberes adquiridos no exercício da docência em detrimento aos saberes produzido nas instituições públicas de ensino é no mínimo não considerar as determinações do mercado sobre a educação nos países endividados a essas organizações internacionais.

Como refletimos acima, os interesses de algumas organizações internacionais estão a serviço do grande capital financeiro e das grandes potências econômicas e como elas decidem

os rumos das economias e da educação dos países que precisam da ajuda financeira que eles podem oferecer. Dessa forma, propomos uma reflexão acerca da formação docente a partir do texto: *Profissão professor ou adeus professor, adeus professor? Exigências educacionais contemporâneas e novas atitudes docentes*, de José Carlos Libâneo (2011).

Segundo o autor:

O poder das finanças toma conta do mundo, comprometendo a soberania das nações. Vai desaparecendo a ideia de nação, valores nacionais, de tradições locais. Os governos dos países periféricos vão perdendo sua autonomia enquanto vão reduzindo suas responsabilidades sociais em relação às políticas públicas para a educação, saúde, previdência (LIBÂNEO, 2011, p.18).

No tocante a educação, a mesma passa por modificações que visam atender as demandas do mercado que tem como objetivo capacitar a juventude para o mercado de trabalho. Não é do interesse dessas organizações priorizar uma educação de qualidade que promova a reflexão, a crítica e o empoderamento desses alunos. A educação ofertada exclui direitos e uma consciência crítica.

Para Libâneo (2011, p.19), no plano educacional, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo em que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres. Isto significa que existem dois tipos de escolas, uma para formar mão de obra e outra para reforçar o domínio de uma classe social dominante (rica) com relação classe menos favorecida (os pobres).

Se existem duas escolas com interesses antagônicos, então devem existir dois ou mais tipos de professores? Como seria sua formação? Na verdade, essa ideia deveria ser inconcebível para qualquer nação que tem a educação como uma ferramenta para acabar com o analfabetismo e a desigualdade social. Pensando sobre uma escola única, sem distinção de cor, raça ou condição social.

Libâneo (2011, p.23) menciona que é preciso estar atento às propostas neoliberais para a educação. Como por exemplo: o ensino a distância para a formação de professores, tendo o aval do Ministério da Educação. Ele defende ainda, que toda a crítica, principalmente da esquerda são procedentes. Porque o chamado modelo neoliberal de educação estaria subordinando alvos político-sociais (equidade, cidadania, democracia), cumprindo a lógica do mercado internacional.

Essa preocupação de Libâneo faz todo o sentido, porque o mercado que tem subordinado a educação a sua agenda. E com isso, a formação docente tem sido pensada de forma aligeirada e antirreflexiva, principalmente nos países subdesenvolvidos que são financiados pelo o BM e

o FMI, neste caso o Brasil. Infelizmente, com o aval do Ministério da Educação, promovendo uma formação à distância nos moldes da exigência do mercado.

O que precisamos entender é que estamos diante de uma nova realidade social, educacional e cultural que exige de profissional na área da educação que obtenha uma formação mais completa que leve em consideração as novas tecnologias, que sejam estimulados a produzirem aprendizagem levado em consideração seus conhecimentos acerca da sua realidade, promova reflexão sobre questões políticas, sociais, culturais e econômicas que atingem os mesmos do dia a dia deles e da própria escola. Nisso, estamos diante de uma nova escola que se faz necessário uma formação diversificada e interdisciplinar. Isto é, uma formação continuada e reflexiva, totalmente diferente a que tem sido proposta pelos organismos internacionais.

Com relação a essa nova escola, Libâneo (2011, p.28) defende que precisamos fazer uma síntese entre a cultural formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada. Essa nova escola precisa ser reflexiva e crítica com relação ao conhecimento que está sendo produzido na sociedade e a mesma se responsabiliza também na construção desses novos conhecimentos.

E qual o papel do professor (a) nesta nova escola? Para Libâneo, a presença do professor (a) torna-se indispensável para a criação das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados as mensagens e informações recebidas das multimídias e formas variadas de intervenção educativa urbana.

Como podemos perceber para suprir as novas demandas educacionais os professores precisa de uma formação que vá além de uma formação aligeirada e antirreflexiva proposta pelo mercado. Para isto, o mesmo precisa trabalhar com novos métodos, tecnologias, sem abandonar os recursos didáticos e pedagógicos.

Se o professor não dispõe de habilidades de pensamento, se não sabe “aprender a aprender”, se é incapaz de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem, será impossível ajudar os alunos e potencializarem suas capacidades cognitivas (LIBÂNEO, 2011, p.37).

Sobre o processo de ensino e aprendizagem, o autor afirma que:

O professor precisa proporcionar ao aluno uma aprendizagem significativa supõe da parte do professor conhecer e compreender motivações, interesses, necessidades de alunos diferentes entre si, capacidade de comunicação com o mundo do outro, sensibilidade para situar a relação docente no contexto físico, social e cultural do aluno (LIBÂNEO, 2011, p.44-45).

Outro ponto que precisamos considerar é a dimensão afetiva do professor com os alunos, no sentido de perceber as dificuldades que esses mesmos trazem de casa que influênciam em seu aprendizado. Infelizmente as políticas educacionais propostas pelo mercado não contemplam os aspectos emocionais, cognitivos e sociais dos alunos e de seus familiares. E também como não consideram esses aspectos no processo de aprendizagem.

Em suma, a luz da reflexão que propomos ao longo de todo o capítulo, percebemos que nos interesses do Banco Mundial, alinhados com outras organizações, a educação tem sido pensada apenas para a formação de pessoas acríticas da sua condição social, política, econômica e cultural. Dessa forma, podemos perceber que como a intenção não é de fato proporcionar uma educação libertadora, encontramos uma proposta aligeirada, antirreflexiva, em que a formação dos professores precisa ser à distância, determinada por essas organizações e infelizmente com o aval do Ministério da Educação, estamos inseridos num contexto que a cada dia exige uma formação que contemple várias áreas do saber, que deve priorizar um ensino interdisciplinar, comunicativo e reflexivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho apresentamos uma discussão importante acerca da reflexão da história do Banco Mundial, sua evolução e suas bases nos dias atuais para a educação e investimentos para os países em desenvolvimento a partir de políticas neoliberais que propõe uma educação bancária voltada para formação de mão de obra para o mercado de trabalho, desconsiderando os aspectos sociais e culturais que envolvem o cotidiano de todo ser humano.

Como podemos perceber, as bases e a visão do Banco Mundial mudaram bastante com relação a sua formação original. Quando pensamos em fazer um breve histórico do banco nos possibilitou conhecer sua origem e compreender sua evolução acerca dos seus propósitos, surge para ajudar países destroçados no pós-guerra a ser na atualidade o principal financiador de políticas públicas para países que ainda estão desenvolvendo suas políticas econômicas, sociais e educacionais, como é o caso do Brasil que depende de ajuda financeira de órgãos como é o caso do Banco Mundial que tem exercido forte influencia sobre as decisões políticas e educacionais.

Pensamos sobre a educação e o seu desenvolvimento nos países que são financiados pelo Banco Mundial e constatamos que a educação esperada por ele está estritamente voltada para suprir mão de obra para o mercado de trabalho, que não empodera os indivíduos, mas os tornam alienados com relação a uma educação de qualidade que possibilite ao mesmo a refletir sobre seus direitos com relação à sociedade, que perpassa pelas dimensões econômicas, políticas e culturais.

Propomos uma análise sobre os impactos das políticas públicas do Banco Mundial sobre a formação docente a partir das propostas defendidas no site do próprio Banco. E podemos constatar o quanto essas políticas definem uma formação aligeirada, desconectadas com a realidade, fragmentada, com poucos recursos para o exercício da docência nos espaços escolares.

Acreditamos que refletir sobre as influencias dessas organizações sobre a educação nos países em desenvolvimento e especificamente a educação brasileira. Infelizmente, constatamos que essas influenciam tem aleijado a educação brasileira. Porque não tem sido pensada para libertar os indivíduos, tornando-os críticos ao status quo que estão inseridos. Precisamos entender que esse tipo de proposta educacional não levar em consideração aspectos peculiares de um determinado país, sem contextualizá-la com o cotidiano do mesmo.

Pensamos que é de fundamental importância para todos os educadores conhecerem e refletirem sobre as políticas educacionais defendidas pelo Banco Mundial, que tem sido o principal veículo de transmissão de políticas neoliberais que defendem uma educação desconectada da realidade do indivíduo, propõe uma formação continuada aligeirada e definem onde e como os recursos serão alocados.

Dessa forma, entendemos que este trabalho pode contribuir para o conhecimento acerca das políticas educacionais que por sua vez, representam o neoliberalismo para a educação brasileira e que possibilite uma discussão sobre como uma nova educação, contextualizada com a nossa realidade, voltada para formar seres humanos e não visando apenas a formação de mão de obra para o mercado. Essa reflexão é possível e urgente. Assim como a necessidade do cuidado em tomar teorias e pesquisas que apesar de relevantes em alguns aspectos, desconsideram a totalidade do real quando se analisa a formação e profissão docente. Reforçamos isso porque um dos expoentes dos estudos sobre a formação docente, o renomado professor Tardif (2002), ao não considerar como os aspectos econômicos e políticos afetam a docência, ao analisar os saberes docentes, limita suas análises à prática docente esvaziada de todo o sentido que órgãos internacionais, a exemplo o BM tem organizado e praticado para essa prática, levando ao entendimento de que a formação universitária é pouco valorizada para a docência. Em contrapartida, ao analisarmos as ideias de Libâneo sobre as atitudes que devem nortear a formação docente, apontamos a necessária retomada da ciência também em sua estrutura teórica e conceitual como relevantes para a prática docente, implicando desse modo, no valor da relação teoria-prática na docência. Nossas análises a respeito do real lugar da ciência na formação docente e como ela importa na prática, aprofundando a crítica ao capitalismo é uma tarefa a ser realizada no mestrado. Esperamos que este trabalho contribua para a reflexão dos (as) professores (as) em seu processo formativo da universidade ao *lócus* de seu trabalho, a escola.

## 6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)>. Acessado em 29/06/2018 às 11h 40 min.

BANCO MUNDIAL. Disponível em :< <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Prioridades y estrategias para la Educación. Examen del Banco Mundial.** Washington-D.C, 1996, p.218.

BRASIL. **Decreto Presidencial.** Da Lei nº 8.405 de 09 de janeiro de 1992. Brasília, 2008.

CARITAS BRASILEIRA. Disponível em: <[www.caritasbrasileira.org.br](http://www.caritasbrasileira.org.br)>. Acessado em 29/06/2018 às 11h38 min.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZETA DO POVO. Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br)>. Acessado no dia 24/11/2017, às 14h11min.

IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado no dia 29/06/2018 às 17h.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p.19-30, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed- São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: Uma qualidade restrita de educação escolar.** 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018, 364 p.

MENDES, J.M.Pereira. **O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro no período 1944-2008.** Tese (Doutorado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

MÉSZÁRÓS, István. **A educação para além do capital.** [tradução Isa Tavares]. 2.ed.-São Paulo: Boitempo, 2008.

NETO, Filinto J.E.; CAMPOS, Gabriela R. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira.** Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420\\_1252](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_1252)> Acesso em: 13 de abril de 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docente e Formação Profissional.** Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Francisco J.S e OLIVEIRA, Manfredo Araújo (organizadores). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** Cortez Editora, São Paulo, 1996, p.195-252.

TOMMASI, Livia de; WARD, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** 2ª ed- São Paulo: Ed. Cortez:1998.

UOL NOTÍCIAS. Disponível em: <[www.uolnoticias.com.br](http://www.uolnoticias.com.br)>. Acessado em 25/06/2018, às 09h50 min.